

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada “Companhia” ou “Controladora”, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo (B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços à siderurgia da CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É importante reiterar que operar sem a dependência dessas barragens é uma prioridade em nossas atividades minerárias, para a qual investimentos de cerca de R\$250 milhões em tecnologia de empilhamento a seco já foram realizados. Nesse contexto, a expectativa, ressalvadas revisões de projetos e prazos previstos de obras, adequado funcionamento de equipamentos e atrasos imprevisíveis, é que até o fim de 2019, a CSN Mineração esteja processando integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens, tanto as de mineração como as das hidrelétricas, estão positivamente certificadas e atendem a legislação ambiental em vigor.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do

tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

- **Logística:**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), as quais detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II), ainda em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração, o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No TECON é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas e no TECAR, o embarque do minério de ferro destinado ao mercado transoceânico, embarque e o desembarque de carvão e outros produtos, como coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 26 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

- **Continuidade Operacional:**

Em 2018 a Companhia amortizou, entre principal e juros, cerca de R\$7,1 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Em 2019 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R\$3,5 bilhões. A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais, podendo implicar nas seguintes considerações:

- Dedicção de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
 - Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
 - Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
 - Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.
-

A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos. Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R\$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e R\$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A, deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R\$100 milhões e US\$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019. Sempre engajada no plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, a administração da Companhia concluiu, em fevereiro de 2018, a rolagem de R\$ 4,98 bilhões da dívida com o Banco do Brasil, deslocando os vencimentos

ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até 2024. Ainda em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 350 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não estratégicos. Entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da administração que abrangeram o período operacional até dezembro de 2019, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, perda para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2019.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2018	31/12/2017	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Minerals S.L.U. ⁽¹⁾		100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U. ⁽¹⁾		100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U. ⁽¹⁾		100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U. ⁽¹⁾		100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A. (*)	100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (*)	99,99	99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
CSN Mineração S.A.	87,52	87,52	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	91,69	90,78	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Aceros México CSN ⁽²⁾	0,08		Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
CSN Inova Ltd. ⁽³⁾	100,00		Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
Companhia Siderúrgica Nacional LLC ⁽⁴⁾		100,00	Siderurgia
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	99,94	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	99,99	99,99	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalhtwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)	100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Zo.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited	100,00	100,00	Representação Comercial
CSN Mining Holding, S.L	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited	87,52	87,52	Representação comercial
Aceros México CSN ⁽²⁾	99,92	100,00	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
Lusosider Ibérica S.A.	100,00	99,94	Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias.
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda.	87,52	87,52	Comercialização e representação de produtos.
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽⁴⁾	100,00		Importação e distribuição/revenda dos produtos
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A.	46,30	46,30	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 9.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e valor justo por meio do resultado e resultados abrangentes.

• **Eventos ocorridos em 2018:**

1. Em 06 de fevereiro de 2018 o órgão registral mercantil espanhol reconheceu a fusão por absorção das empresas pela CSN Steel, S.L.U., data a partir da qual as empresas foram consideradas legalmente extintas, perante terceiros e, para efeitos de direito mercantil, a fusão retroage à data de 28 de dezembro de 2017;
2. Transferência de 1% de participação na Aceros México CSN da CSN Steel para Companhia Siderúrgica Nacional em 01 de fevereiro de 2018. Em 18 de setembro de 2018 a CSN Steel aumentou o capital da Aceros México CSN, diluindo a participação direta da Companhia Siderúrgica Nacional para 0,08%, passando a CSN Steel a deter 99,92%. Em 01/02/2019 foi cancelado o Registro Federal de Contribuinte e, portanto, finalizado o processo de liquidação da empresa Aceros Mexico CSN, contudo, perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a liquidação retroage à 18 de setembro de 2018;
3. Empresa constituída em 2018;
4. Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC teve sua razão social alterada para "Heartland Steel Processing, LLC". Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC", subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel e, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. ("SDI"). O saldo remanescente dos ativos está registrado na Companhia Siderúrgica Nacional, LLC subsidiária da CSN Steel (vide nota 3).

• **Fundos Exclusivos**

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2018	31/12/2017	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• **Transações entre controladas, coligadas, joint-ventures e joint-operations**

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou

empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

Conforme orientação CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Em acordo com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018, US\$1 equivale a R\$3,8748 (R\$3,3080 em 31 de dezembro de 2017) e €\$ 1 equivale a R\$4,4390 (R\$3,9693 em 31 de dezembro de 2017), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo pelo resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 5.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As contas a receber com prazo de recebimento acima de 90 dias são passíveis de AVP, ficando sujeitas a análises quanto a aplicação.

Com a adoção do novo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na

atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/outras despesas operacionais”.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

2.1) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período

atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam serviços de transporte ferroviário e portuário geridos por empresas controladas e joint-ventures. As concessões incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas se referem à malha ferroviária em operação no Nordeste, gerida pela controlada FTL, o terminal de containers em Itaguaí, gerido pela controlada Sepetiba Tecon e o terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR, gerido pela controlada CSN Mineração.

Os contratos de concessão da Companhia não estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue

as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento.

Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Existem ativos relacionados às concessões que estão sujeitos a reversão ao poder concedente no fim do acordo de concessão.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2018 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)	Classificação no balanço
Sepetiba Tecon S.A. (TECON)	347 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
Tecar (CSN Mineração)	1.616 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)	227 milhões	Ativo imobilizado
Transnordestina Logística S.A. (TLSA)	8.439 milhões ⁽¹⁾	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da TLSA. A Companhia reconhece sua participação nos ativos por meio do método de equivalência patrimonial.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes

- **Custo de amortização**

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

- **Valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment juntamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro

ii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivo financeiro ao custo amortizado**

A companhia deves classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambias são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores

- **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado

- **Desreconhecimento Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) **Instrumentos derivativos e atividades de *hedge***

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- ***Hedge* de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “*Hedge Accounting*”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Outras Operacionais”.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 13 – Instrumentos Financeiros.

- **Hedge de investimento líquido**

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidas em outras operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 13 - Instrumentos Financeiros.

2.x) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado

durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.2) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment.

2.a.a) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.a.b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019, 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS16 – Arrendamento mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.	1º de janeiro de 2019

	O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contrato de seguros	Estabelece um modelo mais complexo para reconhecer a receita de uma seguradora, pois se baseia em um modelo de fluxo de caixa descontado, ajustado em relação a esse portfólio de contrato de seguro e também por uma margem de serviço contratual.	1º de janeiro de 2021

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 16/CPC 06 Operação de arrendamento Mercantil, e IFRIC 13 /ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

- IFRS 16 /CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16/CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo que os arrendatários reconheçam o ativo e passivo de todos os contratos de arrendamento pelo valor presente, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia concluiu que com a adoção da norma, teremos uma redução nas despesas operacionais e um aumento nas despesas financeiras, uma vez que o ativo “direito de uso” passa a ser amortizado e o passivo de arrendamento atualizado para refletir as contraprestações a serem pagas ao longo do período de contrato.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a Cia optou por aplicar a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo o efeito cumulativo como ajuste no saldo de abertura.

A companhia estima o impacto no montante de R\$ 23 milhões na controladora e R\$ 578 milhões no consolidado no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos de arrendamento.

- IFRIC 13 /ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara.

A companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

3. ALIENAÇÃO DE CONTROLADA NO EXTERIOR

Durante o 2º trimestre de 2018, a CSN comunicou aos seus acionistas e ao mercado, por meio de Fato Relevante, sobre a venda, por sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., da totalidade da participação societária na Heartland Steel Processing, LLC, nova denominação social de Companhia Siderúrgica Nacional LLC ("LLC") para a Steel Dynamics, Inc. ("SDI"), aprovada na mesma data pelo Conselho de Administração. A LLC está localizada nos Estados Unidos e atua na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos.

Ainda no 2º trimestre de 2018, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda firmado com a SDI, a Companhia concluiu a operação com a transferência da participação societária e recebimento do preço base da transação, ajustado em US\$ 400 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2018		Variação do capital de giro		Em 2018
	US\$	R\$	US\$	R\$	R\$
Recebimento pela alienação do investimento	395.661	1.525.590			1.525.590
Deposito em garantia	2.000	7.712			7.712
Despesas e taxas contratuais (d)	2.339	9.021			9.021
Preço base da alienação (a)	400.000	1.542.323			1.542.323
Capital de giro a receber (b) (*)	34.008	131.127	3.581	14.402	145.529
Patrimônio Líquido da LLC (c)	133.445	514.537			514.537
Ganho Líquido na alienação = (a+b-c-d)	298.224	1.149.892	3.581	14.402	1.164.294

(*) O valor final da transação estava sujeito a ajuste pós-fechamento do capital de giro, o qual foi concluído em setembro de 2018, o capital de giro da LLC apurado e recebido foi de US\$37.589 equivalentes a R\$145.529. A alienação da LLC gerou um ganho acumulado no ano de R\$1.164.294 (vide nota 24).

O investimento líquido, resultados e fluxos de caixa da alienação do investimento, são resumidos a seguir:

3.a) Balanço patrimonial

	LLC 30/06/2018
ATIVO	
Ativo Circulante	418.014
Caixa e equivalentes de caixa	760
Contas a receber	114.266
Estoques	299.373
Outros ativos circulantes	3.615
Ativo Não Circulante	191.431
Outros ativos não circulantes	205
Imobilizado	191.226
TOTAL DO ATIVO	609.445
PASSIVO	
Passivo Circulante	89.810
Empréstimos e financiamentos	5.446
Obrigações sociais e trabalhistas	5.526
Fornecedores	76.400
Obrigações fiscais	1.398
Outras obrigações	1.040
Passivo Não Circulante	5.098
Empréstimos e financiamentos	5.098
Patrimônio Líquido (alienado)	514.537
TOTAL DO PASSIVO	609.445

3.b) Demonstração do resultado

	30/06/2018	30/06/2017
Receita Líquida	997.061	472.409
Custo dos produtos e serviços vendidos	(888.850)	(388.322)
Lucro Bruto	108.211	84.087
Despesas com vendas	(24.650)	(10.521)
Despesas gerais e administrativas	(15.649)	(9.531)
Outras despesas operacionais, líquidas	(844)	(358)
Lucro antes do Resultado Financeiro	67.068	63.677
Resultado financeiro líquido	(2.641)	(428)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	64.427	63.249
Imposto de renda e contribuição social	(1.730)	-
Lucro líquido do período	62.697	63.249

3.c) Fluxos de caixa

	30/06/2018	30/06/2017
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais	149.691	(69.216)
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de investimento	(6.269)	(2.492)
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento	(176.592)	(1.860)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa do período	(33.170)	(73.568)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.930	112.428
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	760	38.860

Recebimento líquido pela venda da subsidiária LLC:

	Em 2018
Caixa líquido recebido pela alienação do ativo	1.525.590
Caixa e equivalentes de caixa transferidos na alienação de ativo	(760)
Capital de giro recebido	145.529
Caixa líquido proveniente da alienação de ativo	1.670.359

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	1.124.714	193.702	37.323	38.311
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	10.247	12.100	477	150
Títulos privados	609.480	644.525	410.036	79.116
	619.727	656.625	410.513	79.266
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	503.563	2.561.245	92.017	275.927
Total das Aplicações Financeiras	1.123.290	3.217.870	502.530	355.193
Caixa e equivalentes de caixa	2.248.004	3.411.572	539.853	393.504

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. A Companhia aplica parte dos recursos por meio dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em *Time Deposits*, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e é remunerada a taxas pré-fixadas.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Circulante		Consolidado	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	Não Circulante	Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
CDB - Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	882.376	716.218		882.376	716.218
Títulos públicos ⁽²⁾	13.337	19.494		621	243
Time Deposit ⁽³⁾			7.772		
	895.713	735.712	7.772	882.997	716.461

(1) Aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário para garantia de carta fiança.

(2) Aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos.

(3) Aplicação financeira em Time Deposit em custódia para cobertura de despesas adicionais da alienação da LLC.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.369.396	1.290.823	1.094.323	1.056.929
Mercado externo	852.821	982.846	141.484	150.264
	2.222.217	2.273.669	1.235.807	1.207.193
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(237.352)	(191.979)	(176.855)	(140.392)
	1.984.865	2.081.690	1.058.952	1.066.801
Partes Relacionadas (nota 19 b)	93.317	115.388	906.865	831.993
	2.078.182	2.197.078	1.965.817	1.898.794

De acordo com a política comercial interna, a Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Em 31 de dezembro de 2018 essa operação no Consolidado totaliza um montante de R\$46.210 (R\$186.827 em 31 de dezembro de 2017) e na Controladora R\$40.849 (R\$181.972 em 31 de dezembro de 2017).

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	1.514.847	1.391.839	758.433	530.774
Vencidos até 30 dias	177.287	167.760	48.705	50.141
Vencidos até 180 dias	47.684	142.346	8.361	114.230
Vencidos acima de 180 dias	482.399	571.724	420.308	512.048
	2.222.217	2.273.669	1.235.807	1.207.193

As movimentações nas perdas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(191.979)	(172.782)	(140.392)	(124.351)
Perdas de crédito esperadas	(53.706)	(36.697)	(39.042)	(29.270)
Recuperação de créditos	8.333	17.500	2.579	13.229
Saldo final	(237.352)	(191.979)	(176.855)	(140.392)

Com a adoção do CPC 48/ IFRS 09 Instrumentos Financeiros, a Companhia mudou o modelo à partir de 1º de janeiro de 2018 de “perdas incorridas” para “perdas de créditos esperadas”, onde passou a constituir o impairment desde a data de reconhecimento do ativo (títulos a vencer). A aplicação do CPC 48 não trouxe impactos materiais para a Companhia.

7. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	1.362.981	1.308.802	951.529	856.707
Produtos em elaboração	1.122.933	1.135.589	959.414	981.204
Matérias-primas	1.560.499	1.050.588	1.254.551	699.671
Almoxarifado	856.097	814.725	495.385	435.827
Minério de ferro	258.612	278.041	18.478	20.914
Adiantamento a fornecedores	36.192	12.514	28.185	8.997
(-) Perdas estimadas	(157.754)	(135.840)	(45.076)	(51.968)
	5.039.560	4.464.419	3.662.466	2.951.352

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(135.840)	(101.176)	(51.968)	(37.312)
(Perdas estimadas)/Reversão de em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(21.914)	(34.664)	6.892	(14.656)
Saldo final	(157.754)	(135.840)	(45.076)	(51.968)

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais (nota 17)			347.950	339.351			255.595	259.763
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			46.774	46.774			46.774	46.774
Tributos a recuperar ⁽²⁾	1.412.335	866.986	1.822.388	401.071	1.265.003	530.748	1.692.274	234.858
Despesas antecipadas	49.830	50.078	49.808	30.741	25.716	16.860	34.450	11.345
Ativo atuarial - partes relacionadas (nota 19 b)			99.894	111.281			85.415	95.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)	351							
Títulos para negociação (nota 13 I)	4.503	2.952			4.352	2.764		
Estoque minério de ferro ⁽³⁾			144.499	144.499				
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			26.598	26.598			26.598	26.598
Empréstimos com partes relacionadas (nota 19 b e 13 I)	2.675	2.441	706.605	554.694	22.807	26.701	588.285	444.091
Outros créditos com partes relacionadas (nota 19 b)	3.649	3.577	218.840	30.770	15.395	37.007	458.177	320.377
Outros títulos a receber (nota 13 I)			7.451	20.024			1.213	5.364
Principal e Correção monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 13 I) ⁽⁴⁾			813.428	784.741			812.803	784.237
Dividendos a receber (nota 19 b) ^{(5) (1)}	46.171	41.528			259.186	1.044.242		
Débitos de empregados ⁽¹⁾	31.645	33.942			19.684	22.123		
Frete marítimo ⁽⁶⁾	117.156				2.357			
Outros créditos ⁽⁷⁾	12.753	3.667			3.055	1.547		
Outros	71.956	67.544	988	37.931			986	37.921
	1.753.024	1.072.715	4.285.223	2.528.475	1.617.555	1.681.992	4.002.570	2.267.226

(*) Em dezembro de 2018 a Companhia reclassificou os saldos de 2017 das rubricas de Dividendos a receber, Débitos de empregados e Outros créditos para Outros Ativos Circulante e Não Circulante, anteriormente os montantes eram apresentados na nota explicativa de 'Contas a receber'.

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009. Após a quitação do parcelamento, o saldo de um dos processos judiciais foi resgatado pela Companhia mediante autorização judicial.

2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS, ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, foi confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos a título destes tributos do período de 2001 a 2013. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2018 o montante de R\$ 2.208.462, na rubrica "Tributos a recuperar", sendo no ativo circulante R\$793.516 e não circulante 1.414.945, em contrapartida das rubricas "Outras Operacionais" o montante de R\$1.102.365 vide nota nº25, e R\$1.106.097 de atualização no "Resultado Financeiro" vide nota nº24.
3. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o *Pellet Feed* com expectativa de realização prevista para o 1º semestre de 2020.
4. Trata-se de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irrevogável e irretratável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa.
5. Em 2018 a Controladora recebeu o montante de R\$1.334.244 da controlada CSN Mineração S.A., a título de dividendos de exercícios anteriores.
6. Refere-se a Ppagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma CPC 47/IFRS15, o frete no incoterms "CIF" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2018, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

9. INVESTIMENTOS

• Plano de desalavancagem

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

9.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

			31/12/2018					31/12/2017			
Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)	% Participação direta	Participação no				% Participação direta	Participação no			Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial											
Controladas											
CSN Islands VII Corp.	20.001000	100,00	338.645	1987.741	(1649.096)	(1470.943)	100,00	5.242.890	5.421.043	(178.153)	(385.919)
CSN Islands XI Corp.	50.000	100,00	2.178.010	2.309.647	(131.637)	(89.133)	100,00	2.514.894	2.557.398	(42.504)	(63.201)
CSN Islands XII Corp.	1540	100,00	2.402.671	3.880.076	(1477.405)	(331.582)	100,00	2.166.682	3.312.505	(1.145.823)	(126.524)
CSN Minerals S.L.U.	(1)										331.897
CSN Export Europe, S.L.U.	(1)										22.600
CSN Metals S.L.U.	(1)										23.188
CSN Americas S.L.U.	(1)										193.652
CSN Steel S.L.U.	22.042.688	100,00	3.763.095	242.722	3.520.373	1793.490	100,00	6.905.164	322.963	6.582.201	108.427
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052	99,99	480.459	163.026	317.433	23.853	99,99	459.647	160.402	299.245	29.768
Minérios Nacional S.A.	1417.9295	99,99	110.446	38.774	71.672	(13.819)	99,99	105.586	65.290	40.296	(13.600)
Valor Justo - Minérios Nacional					2.123.507					2.123.507	
Estanho de Rondônia S.A.	121.861.697	99,99	48.161	45.207	2.974	(1.998)	99,99	46.005	41.032	4.973	(6.291)
Companhia Metalúrgica Prada	445.921.292	99,99	644.954	559.386	85.568	(84.265)	99,99	655.748	485.915	169.833	(29.258)
CSN Mineração S.A.	158.419.480	87,52	13.235.705	4.190.564	9.045.141	929.358	87,52	14.273.290	5.620.137	8.653.153	767.568
CSN Energia S.A.	43.149	99,99	138.644	45.778	92.866	54.596	99,99	146.130	55.030	91.100	56.987
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	442.672.357	91,69	403.623	123.220	280.403	(33.626)	90,78	419.388	138.888	280.500	(77.384)
Companhia Florestal do Brasil	41923.302	99,99	34.990	1604	33.386	(556)	99,99	34.910	3.734,0	31.176	(1499)
Nordeste Logística	99.999	99,99	85	56	29	4	99,99	80	55	25	(1)
CGPAR - Construção Pesada SA (2)											723
Valor Justo Imobilizado - CGPAR											(3.940)
			23.779.508	13.587.801	12.315.214	775.379		32.970.414	18.184.392	16.909.529	827.193
Joint-venture e Joint-operation											
Itá Energética S.A.	253.606.846	48,75	258.835	16.288	242.547	9.188	48,75	265.476	18.104	247.372	10.789
MRS Logística S.A.	63.377.198 (*)	18,64	1.563.350	846.813	716.537	97.226	18,64	1.520.264	857.581	662.683	85.974
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1876.146	50,00	25.941	19.997	5.944	4.501	50,00	16.005	13.654	2.351	1785
Transnordestina Logística S.A.	24.168.304 (**)	46,30	4.065.604	2.883.851	1.145.289	(20.429)	46,28	3.806.380	2.604.198	1.173.298	(21.357)
			5.913.730	3.766.949	2.417.897	90.486		5.608.125	3.493.537	2.385.704	77.191
Coligada											
Arvedi Metalfer do Brasil	46.994.971	20,00	40.712	26.308	14.404	(5.087)	20,00	43.653	23.978	19.675	(4.368)
			40.712	26.308	14.404	(5.087)		43.653	23.978	19.675	(4.368)
Classificados como valor justo através do resultado e resultados abrangentes (nota 13 I)											
Usiminas					2.250.623					2.200.459	
Panatlântica					28.566					21.974	
					2.279.189					2.222.433	
Outros Investimentos											
Lucros nos estoques de controladas					(116.375)	(43.903)				(72.473)	1.985
Outros					63.538	(243)				63.537	(165)
					(52.837)	(44.146)				(8.936)	1.820
Total dos investimentos					16.973.867	816.632				21.528.405	901.836
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial											
Investimentos no ativo					20.232.005					22.894.885	
Investimentos com passivo a descoberto					(3.258.138)					(1.366.480)	
					16.973.867					21.528.405	

(*) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia possuía diretamente 26.611.282 ações ordinárias 2.673.312 preferenciais Classe A e 34.092.604 preferenciais Classe B, totalizando e 36.765.916 ações preferenciais da empresa MRS Logística S.A.;

(**) O investimento da Transnordestina Logística S.A. é de R\$1.181.753 e Fair Value alocado à TLSA na perda de controle R\$271.116 (em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.202.182 e Fair Value alocado à TLSA na perda de controle R\$271.116).

(1) Em 06 de fevereiro de 2018 o órgão registral mercantil espanhol reconheceu a fusão por absorção das empresas pela CSN Steel, S.L.U., data a partir da qual as empresas foram consideradas legalmente extintas, perante terceiros e, para efeitos de direito mercantil, a fusão retroage à data de 28 de dezembro de 2017;

(2) Empresa vendida em julho de 2017, para a controlada CSN Mineração.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/ (prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

9.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial dos investimentos	5.499.995	4.568.451	22.894.885	22.703.508
Saldo inicial de provisão para perdas			(1.366.480)	(1.019.299)
Aumento de capital		20.579	81.594	80.686
Dividendos ⁽¹⁾	(87.846)	(79.189)	(5.529.277)	(2.059.972)
Resultados abrangentes ⁽²⁾	272	850.640	15.186	1.021.099
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁴⁾	173.145	147.800	816.632	901.836
Recebimento venda ações Usiminas	(39.377)		(39.377)	
Atualização de ações VJR (nota 13 II)	96.133		96.133	
Baixa pela venda - investimento CGPAR				(14.055)
Mais Valia de ativos - CGPAR				(50.009)
Transação Capital - Combinação de negócios CGPAR				(35.389)
Amortização valor justo - Invest. MRS	(11.746)	(11.746)		
Outros	37	3.460	4.571	
Saldo dos investimentos	5.630.613	5.499.995	20.232.005	22.894.885
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto			(3.258.138)	(1.366.480)
Total	5.630.613	5.499.995	16.973.867	21.528.405

1. Em 2018 refere-se à destinação de dividendos das controladas CSN Energia, Itá Energética, CSN Mineração, MRS Logística S.A..Em 2018 a CSN Steel destinou e pagou o montante de R\$4.871.608.
2. Refere-se à marcação a mercado de investimentos avaliados a valor justo por meio do resultado, conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
3. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
MRS Logística S.A.	194.403	171.905
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	4.501	1.785
Transnordestina Logística S.A.	(20.429)	(21.357)
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	(5.087)	(4.368)
Outros	(243)	(165)
	173.145	147.800
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(42.806)	(40.823)
Para Impostos	14.554	13.880
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.746)	(11.746)
Outros	2.559	
Resultado de equivalência ajustado	135.706	109.111

9.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços

prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- **ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")**

Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- **COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")**

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- **CSN ENERGIA S.A.**

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- **FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")**

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojo a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I").

Em maio de 2018, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$33.633, passando sua participação no capital social da FTL de 90,78% para 91,69%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos sócios, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$(104) registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

- CSN MINERAÇÃO S.A. ("CSN Mineração")

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- MINÉRIOS NACIONAL S.A. ("Minérios Nacional")

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, transferidos para essa controlada no processo de combinação de negócios ocorrido em 2015.

9.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

Participação (%)	31/12/2018				31/12/2017			
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation	
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%
Balanço Patrimonial								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	345.962	2.091	19.234	29.870	484.978	101	5.763	16.231
Adiantamento a fornecedores	17.750	73	1.734	937	14.911	37		22
Outros ativos circulantes	736.768	41.284	108.851	16.718	685.311	28.475	49.494	16.447
Total ativo circulante	1.100.480	43.448	129.819	47.525	1.185.200	28.613	55.257	32.700
Ativo não circulante								
Outros ativos não circulantes	804.570	2.111	222.630	25.840	693.434	974	238.004	27.459
Investimentos, Imobilizado e Intangível	6.482.292	6.324	8.428.567	457.578	6.277.550	2.423	7.927.881	484.406
Total ativo não circulante	7.286.862	8.435	8.651.197	483.418	6.970.984	3.397	8.165.885	511.865
Total do Ativo	8.387.342	51.883	8.781.016	530.943	8.156.184	32.010	8.221.142	544.565
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	422.793	4.350	75.906		668.947	1.411	52.691	
Outros passivos circulantes	1.368.290	33.844	179.816	18.298	1.272.365	25.898	113.739	33.666
Total passivo circulante	1.791.083	38.194	255.722	18.298	1.941.312	27.309	166.430	33.666
Passivo não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	2.111.518	1.262	5.754.073		2.084.422		5.457.768	
Outros passivos não circulantes	640.535	539	218.839	15.113	575.170		434	3.471
Total passivo não circulante	2.752.053	1.801	5.972.912	15.113	2.659.592		5.458.202	3.471
Patrimônio líquido	3.844.206	11.888	2.552.382	497.532	3.555.280	4.701	2.596.510	507.428
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.387.342	51.883	8.781.016	530.943	8.156.184	32.010	8.221.142	544.565
Demonstrações de Resultados								
Participação (%)	01/01/2018 a 31/12/2018				01/01/2017 a 31/12/2017			
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation	
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%
Receita Líquida	3.726.448	166.080		166.358	3.492.805	135.399		168.194
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.476.628)	(142.254)		(77.829)	(2.307.108)	(120.647)		(76.810)
Lucro Bruto	1.249.820	23.826		88.529	1.185.697	14.752		91.384
(Despesas) e Receitas Operacionais	(313.606)	(10.884)	(18.020)	(60.104)	(283.151)	(8.340)	(32.245)	(58.465)
Resultado Financeiro Líquido	(151.839)	(179)	(26.103)	(126)	(187.295)	(1.004)	(13.938)	317
Lucro antes do IR/CSL	784.375	12.763	(44.123)	28.299	715.251	5.408	(46.183)	33.236
IR / CSL correntes e diferidos	(262.760)	(3.761)		(9.452)	(254.001)	(1.838)		(11.105)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	521.615	9.002	(44.123)	18.847	461.250	3.570	(46.183)	22.131

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN de 48,75%.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$23.596 (R\$24.759 em 31 de dezembro de 2017) e o valor da despesa em 2018 é R\$5.827 (R\$5.966 em 2017).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros. A participação da CSN nessa sociedade é de 50%.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malhanordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis, conforme descrito no item 28.c. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de

forma substancial no retorno esperado do investimento. Após avaliação deste assunto, sua Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração de suas demonstrações financeiras.

No decorrer do ano de 2017, os demais acionistas da TLSA subscreveram 2.912.997 ações no montante de R\$153.253, diluindo a participação da CSN no capital social da TLSA para 46,30%. Em decorrência das operações descritas acima e da variação na participação dos sócios no capital social da TLSA em 2017, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$2.814 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, conforme descrito no item 28.c, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 5,1% a 7,9% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores, e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por impairment na mais-valia desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

9.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Processing, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”) pelo preço base de transação de US\$ 400 milhões.

A nova “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC” é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

9.f) Outros investimentos

- PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 11,31% (11,33% em 31 de dezembro de 2017) do capital social total da Panatlântica.

- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho, ou TCD, com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

Em fevereiro de 2018 houve venda de 3.136.100 ações preferenciais (USIM5) detidas pelo fundo exclusivo "VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado", totalizando R\$39.377.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% (20,86% em 31 de dezembro de 2017) nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo ("B3 S.A.": USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

10. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	279.740	2.796.947	11.985.920	33.103	2.475.935	393.194	17.964.839
Custo	279.740	3.819.929	21.674.362	164.152	2.475.935	669.096	29.083.214
Depreciação acumulada		(1.022.982)	(9.688.442)	(131.049)		(275.902)	(11.118.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	279.740	2.796.947	11.985.920	33.103	2.475.935	393.194	17.964.839
Efeito de ajuste de conversão	7.730	11.653	86.553	543	4.275	4.605	115.359
Aquisições	622	1.259	144.499	1.574	1.158.788	21.152	1.327.894
Juros capitalizados (notas 25 e 30)					71.611		71.611
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 24)		(9.768)	(21.468)	(6)	(4.348)	(2.655)	(38.245)
Depreciação (nota 23)		(134.534)	(1.043.188)	(5.394)		(22.456)	(1.205.572)
Transferência para outras categorias de ativos		30.031	685.005	891	(424.443)	(291.484)	
Baixa - alienação LLC	(238)	(16.950)	(145.958)	(181)	(6.070)	(21.829)	(191.226)
Transferências para intangível			5.559		(1.752)		3.807
Outros			(9.651)		8.440	(392)	(1.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.854	2.678.638	11.687.271	30.530	3.282.436	80.135	18.046.864
Custo	287.854	3.751.429	22.426.782	165.331	3.282.436	355.768	30.269.600
Depreciação acumulada		(1.072.791)	(10.739.511)	(134.801)		(275.633)	(12.222.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.854	2.678.638	11.687.271	30.530	3.282.436	80.135	18.046.864

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.485	1.091.303	7.375.505	13.830	906.851	20.437	9.502.411
Custo	94.485	1.334.093	13.159.644	96.609	906.851	118.888	15.710.570
Depreciação acumulada		(242.790)	(5.784.139)	(82.779)		(98.451)	(6.208.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.485	1.091.303	7.375.505	13.830	906.851	20.437	9.502.411
Aquisições	622	5	51.671	460	575.039	4.434	632.231
Juros capitalizados (notas 25 e 30)					16.683		16.683
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 24)		(9.526)	(8.474)		(1.280)		(19.280)
Depreciação (nota 23)		(34.448)	(534.864)	(2.484)		(4.705)	(576.501)
Transferências para outras categorias de ativos			209.425	566	(210.012)	21	
Outros					7.627	(198)	7.429
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.107	1.047.334	7.093.263	12.372	1.294.908	19.989	9.562.973
Custo	95.107	1.323.762	13.411.258	97.642	1.294.908	123.104	16.345.781
Depreciação acumulada		(276.428)	(6.317.995)	(85.270)		(103.115)	(6.782.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.107	1.047.334	7.093.263	12.372	1.294.908	19.989	9.562.973

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

					Consolidado	
	Descrição do projeto	Data de início	Data de previsão de conclusão		31/12/2018	31/12/2017
Logística						
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				89.595	106.956
					89.595	106.956
Mineração						
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2020	(1)	844.194	750.999
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022	(2)	289.298	275.811
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				725.616	408.522
					1.859.108	1.435.332
Siderurgia						
	Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia.	2008	2020		94.920	99.483
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			(3)	558.922	228.029
					653.842	327.512
Cimentos						
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2023	(4)	585.163	554.865
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				94.728	51.270
					679.891	606.135
Total Obras em andamento					3.282.436	2.475.935

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Refere-se substancialmente a modernização tecnológica das máquinas de corrida contínua, na UPV;;

(4) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento.

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Edificações	38	39	41	41
Máquinas, equipamentos e instalações	22	21	24	24
Móveis e utensílios	11	12	11	12
Outros	15	17	13	12

10.a) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 71.611 no consolidado e R\$ 16.683 na controladora em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017, R\$91.957 no consolidado e R\$21.308 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos da Mineração que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 25 e 30.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2018	31/12/2017
Projetos não específicos	6,31%	8,63%

11. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora	
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.590.931	300.875	73.185	134.137	3.172.469	449	59.310	59.310
Custo	3.834.234	513.068	167.162	134.137	3.185.701	449	126.279	126.279
Amortização acumulada	(133.973)	(212.193)	(93.977)		(13.232)		(66.969)	(66.969)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.590.931	300.875	73.185	134.137	3.172.469	449	59.310	59.310
Efeito de ajuste de conversão		34.107	148	15.872		58	50.185	
Aquisições e gastos			1.216			984	2.200	
Transferência do imobilizado			(3.807)				(3.807)	
Amortização (nota 23)		(46.209)	(15.770)		(5.470)		(9.697)	(9.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.590.931	288.773	54.972	150.009	3.166.999	1.491	49.613	49.613
Custo	3.831.338	573.614	161.067	150.009	3.185.701	1.491	125.768	125.768
Amortização acumulada	(131.077)	(284.841)	(106.095)		(18.702)		(76.155)	(76.155)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.590.931	288.773	54.972	150.009	3.166.999	1.491	49.613	49.613

(*) Composto principalmente por direitos minerários cujo potencial é de 1.101 milhões de toneladas (não auditado pelos auditores independentes). A amortização é pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Software	7	8	8	9
Relações com clientes	13	13		

11.a) Teste para verificação de *impairment*

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de *impairment*. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Embalagens ⁽¹⁾	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços longos ⁽²⁾	Siderurgia	235.595	235.595	150.009	134.137	385.604	369.732
Mineração ⁽³⁾	Mineração	3.196.588	3.196.588			3.196.588	3.196.588
		3.590.931	3.590.931	150.009	134.137	3.740.940	3.725.068

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração, concluído em dezembro de 2015. A partir de 2016, o saldo passou a ser testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

O teste de *impairment* do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos

aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem:

	Embalagens	Aços Planos (*)	Logística (**)	Mineração
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2028 + perpetuidade	Até 2028 + perpetuidade	Até 2027	Até 2054
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos
Taxa de crescimento	Crescimento de 1,5% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 4,0% a.a.	Crescimento de 1,4% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 2,5% a.a. da zona do Euro.	Crescimento de 1,5%.a.a.em termos reais	Sem crescimento em termos reais, somente atualizada pela inflação de longo prazo de 4,0% a.a.
Taxa de Desconto	Para os segmentos de embalagem, aços planos e mineração, os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos entre 5% e 13% a.a. em termos nominais. Para o segmento de logística, os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 5,41% até 6,41% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico			

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária.

(**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Para a controlada SWT, a mensuração do valor recuperável foi baseada no valor justo e classificada como Nível 3, com base nos inputs não observáveis que refletem as premissas que os participantes de mercado utilizariam para precificação, incluindo premissas de risco e taxa de desconto.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de dívida no mercado internacional								
Juros variáveis em:								
US\$								
Pré-Pagamento ⁽¹⁾	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509
Juros fixos em:								
US\$								
Bons, Bonds Perpétuos e ACC ⁽²⁾	2.490.178	523.509	8.613.491	8.920.342	478.463	379.822		
Intercompany					3.070.423	1.212.880	4.610.620	9.913.410
EUR								
Outros	181.056	251.630	106.535	197.131				
	3.687.971	1.566.302	12.550.266	13.214.982	4.565.623	2.383.865	8.440.860	14.010.919
Contratos de dívida no Brasil								
Títulos com juros variáveis em:								
R\$								
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e OCB ⁽³⁾	1.890.450	4.982.159	10.710.678	9.702.972	1.827.769	4.212.740	9.314.315	8.375.566
Títulos com juros fixos em:								
R\$								
Pré-Pagamento	103.376	3.303		100.000	103.375	3.304		100.000
	1.993.826	4.985.462	10.710.678	9.802.972	1.931.144	4.216.044	9.314.315	8.475.566
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.681.797	6.551.764	23.260.944	23.017.954	6.496.767	6.599.909	17.755.175	22.486.485
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(28.358)	(24.862)	(87.309)	(34.012)	(22.379)	(21.738)	(67.967)	(31.639)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	5.653.439	6.526.902	23.173.635	22.983.942	6.474.388	6.578.171	17.687.208	22.454.846

(1) Em novembro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de US\$250 milhões com o Banco Santander, referente a Pré-Pagamento, deslocando os vencimentos de 2019 para 2022.

(2) Em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US\$350 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US\$ 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

(3) Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$4,9 bilhões com o Banco do Brasil S.A. ("BB"), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia. Em agosto de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$6,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, referente às Células de Crédito Bancário, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com garantia de partes das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

Na tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Taxa de juros média (*)	Dívida Total	Taxa de juros média (*)	Dívida Total
US\$	5,88%	15.950.646	4,78%	11.991.686
R\$	8,19%	12.704.504	8,17%	11.245.460
EUR	3,88%	287.591	3,88%	1.014.796
	28.942.741		24.251.942	

(*) Para determinar as taxas médias de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2018.

12.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

				Consolidado	Controladora
				31/12/2018	31/12/2018
				Principal	Principal
	Empréstimos Bancários	Mercado de Capitais	Agencia de Desenvolvimento	Total	Total
2020	3.187.269	3.499.177	66.892	6.753.338	4.139.475
2021	3.263.810	116.003	59.455	3.439.268	3.946.004
2022	3.087.732	36.667	58.154	3.182.553	3.722.981
2023	2.669.211	1.356.180	56.985	4.082.376	2.330.012
2024	1.276.001		67.734	1.343.735	2.261.231
Após 2024			584.874	584.874	1.355.472
Bonds Perpétuos		3.874.800		3.874.800	
	13.484.023	8.882.827	894.094	23.260.944	17.755.175

12.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	29.510.844	30.441.018	29.033.017	30.248.775
Captações	2.154.471	538.771	602.110	371.000
Amortização principal	(5.019.978)	(1.528.023)	(6.098.209)	(1.652.283)
Pagamentos de encargos	(2.141.710)	(2.634.931)	(1.670.988)	(2.278.089)
Provisão de encargos	2.009.688	2.438.555	1.541.639	2.136.425
Baixa - Alienação LLC	(10.544)			
Outros ⁽¹⁾	2.324.303	255.454	754.027	207.189
Saldo final	28.827.074	29.510.844	24.161.596	29.033.017

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações e Amortizações

			Consolidado
			31/12/2018
Natureza de captação	Captações	Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento		849.654	280.923
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	1.749.099	1.632.464	675.370
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	10.792	1.948.014	1.173.380
Outros	394.580	589.846	12.037
	2.154.471	5.019.978	2.141.710

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos, sob pena de vencimento antecipado. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes, não considerados eventuais descumprimentos já remediados ou que não tenham gerado a aceleração das dívidas ou qualquer tipo de provisão contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisionado R\$38.134 no Consolidado (R\$30.843 em 31 de dezembro de 2017) e R\$14.031 na Controladora (R\$13.413 em 31 de dezembro de 2017) de comissão por assunção de riscos.

12.c) Avais e Fianças

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.108.917	2.541.347	35.336	22.214	8.231	3.866	2.152.484	2.567.427
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	62.407	69.405					62.407	69.405
Sepetiba Tecon								36.308		36.308
Cia Metalúrgica Prada	R\$	Indeterminado			333	333	11.942	18.540	12.275	18.873
CSN Energia	R\$	Até 26/11/2023 e Indeterminado			2.829	2.829	1.920		4.749	2.829
CSN Mineração	R\$	Até 21/12/2024	1.407.363	2.000.000					1.407.363	2.000.000
Estanho de Rondônia	R\$	15/07/2022	3.153	3.153					3.153	3.153
Minérios Nacional S.A.	R\$	Até 10/09/2021	7.305						7.305	
Total em R\$			3.589.145	4.613.905	38.498	25.376	22.093	58.714	3.649.736	4.697.995
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	547.094	750.000					547.094	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	Até 13/02/2023	1.402.906	1.200.000					1.402.906	1.200.000
Total em US\$			2.950.000	2.950.000					2.950.000	2.950.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	48.000	120.000					48.000	120.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	75.000	25.000					75.000	25.000
Total em EUR			123.000	145.000					123.000	145.000
Total em R\$			11.976.657	10.334.149					11.976.657	10.334.149
			15.565.802	14.948.054	38.498	25.376	22.093	58.714	15.626.393	15.032.144

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

- Classificação de instrumentos financeiros**

Com entrada em vigor da IFRS9/CPC48, as categorias de classificação de instrumentos financeiros, mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda foram retirados. A IFRS9/CPC48 contém três categorias de classificação e mensuração de instrumentos financeiros: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

	Consolidado			Controladora		
	Publicado em 31/12/2017	Aplicado em 01/01/2018	Saldo em 31/12/2017	Publicado em 31/12/2017	Aplicado em 01/01/2018	Saldo em 31/12/2017
Ativo						
Circulante						
Caixa e Equivalente de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	3.411.572	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	393.504
Aplicação financeira vinculada	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	735.712	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	716.461
Contas a Receber Líquidas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	2.197.078	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	1.898.794
Empréstimos com Partes Relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	2.441	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	26.701
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR		VJR	VJR	
Títulos para negociação	VJR	VJR	2.952	VJR	VJR	2.764
Dividendos a receber	Custo amortizado	Custo amortizado	41.528	Custo amortizado	Custo amortizado	1.044.242
Não Circulante						
Empréstimos com Partes Relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	554.694	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	444.091
Outros títulos a receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	20.024	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	5.364
Investimentos	Disponível para venda	VJR	2.222.479	Disponível para venda	VJR	2.222.434
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	6.551.764	Custo amortizado	Custo amortizado	6.599.908
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR		VJR	VJR	
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	2.460.774	Custo amortizado	Custo amortizado	1.787.392
Dividendos e JCP	Custo amortizado	Custo amortizado	510.692	Custo amortizado	Custo amortizado	2.345
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	23.017.953	Custo amortizado	Custo amortizado	22.486.485

Consolidado	Consolidado						
	31/12/2018				31/12/2017		
	Notas	Valor Justo através do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo através do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4		2.248.004	2.248.004		3.411.572	3.411.572
Aplicações financeiras	5		895.713	895.713		735.712	735.712
Contas a Receber	6		2.078.182	2.078.182		2.197.078	2.197.078
Dividendos a receber	8		46.171	46.171		41.528	41.528
Instrumentos financeiros derivativos	8	351		351			
Títulos para negociação	8	4.503		4.503	2.952		2.952
Empréstimos - partes relacionadas	8		2.675	2.675		2.441	2.441
Total		4.854	5.270.745	5.275.599	2.952	6.388.331	6.391.283
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	5		7.772	7.772			
Outros títulos a receber	8		820.879	820.879		804.765	804.765
Investimentos	9	2.279.189		2.279.189	2.222.433		2.222.433
Empréstimos - partes relacionadas	8		706.605	706.605		554.694	554.694
Total		2.279.189	1.535.256	3.814.445	2.222.433	1.359.459	3.581.892
Total Ativo		2.284.043	6.806.001	9.090.044	2.225.385	7.747.790	9.973.175
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	12		5.681.797	5.681.797		6.551.764	6.551.764
Fornecedores			3.473.822	3.473.822		2.505.695	2.505.695
Dividendos e JCP	14		932.005	932.005		510.692	510.692
Total			10.087.624	10.087.624		9.568.151	9.568.151
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	12		23.260.945	23.260.945		23.017.953	23.017.953
Total			23.260.945	23.260.945		23.017.953	23.017.953
Total Passivo			33.348.569	33.348.569		32.586.104	32.586.104

Controladora	Controladora						
	31/12/2018				31/12/2017		
	Notas	Valor Justo através do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo através do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4		539.853	539.853		393.504	393.504
Aplicações financeiras	5		882.997	882.997		716.461	716.461
Contas a Receber	6		1.965.817	1.965.817		1.898.794	1.898.794
Dividendos a receber	8		259.186	259.186		1.044.242	1.044.242
Títulos para negociação	8	4.352		4.352	2.764		2.764
Empréstimos - partes relacionadas	8		22.807	22.807		26.701	26.701
Total		4.352	3.670.660	3.675.012	2.764	4.079.702	4.082.466
Não Circulante							
Outros títulos a receber	8		814.016	814.016		789.601	789.601
Empréstimos - partes relacionadas	8		588.285	588.285		444.091	444.091
Investimentos	9	2.279.189		2.279.189	2.222.433		2.222.433
Total		2.279.189	1.402.301	3.681.490	2.222.433	1.233.692	3.456.125
Total Ativo		2.283.541	5.072.961	7.356.502	2.225.197	5.313.394	7.538.591
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	12		6.496.768	6.496.768		6.599.908	6.599.908
Fornecedores			2.720.857	2.720.857		1.768.366	1.768.366
Dividendos e JCP	14		900.541	900.541		2.345	2.345
Total			10.118.166	10.118.166		8.370.619	8.370.619
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	12		17.755.175	17.755.175		22.486.485	22.486.485
Total			17.755.175	17.755.175		22.486.485	22.486.485
Total Passivo			27.873.341	27.873.341		30.857.104	30.857.104

• Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2018			31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Saldos
Ativo					
Circulante					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos		351	351		
Títulos para negociação	4.503		4.503	2.952	2.952
Não Circulante					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Investimentos	2.279.189		2.279.189	2.222.433	2.222.433
Total Ativo	2.283.692	351	2.284.043	2.225.385	2.225.385

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo através do resultado

Durante a vigência do IAS39/CPC38 até dezembro de 2017 a Companhia adotava para esses instrumentos de patrimônio a designação de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, pois, a natureza do investimento não estava compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações eram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes e a cada queda significativa do valor de mercado uma perda por *impairment* era reconhecida no resultado.

A partir da entrada em vigor da IFRS9/CPC48 em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos de patrimônio mantidos para negociação devem ser classificados a valor justo através do resultado (VJR). Desta forma, a Companhia reclassificou as ações da Usiminas USIM3 e USIM5 de valor justo através de resultados abrangentes (VJORA) para justo através do resultado (VJR). Quanto as ações da Panatlântica SA (PATI3), atualmente classificada como VJORA, a Companhia ratifica seu atual modelo de negócios, cujo objetivo é manter este ativo financeiro para obtenção de fluxos de caixa contratuais, mas adota a opção de reclassifica-lo para VJR, reconhecendo as mudanças de valor justo no resultado.

Sendo assim, o saldo credor acumulado em dezembro de 2017 em outros resultados abrangentes de R\$1.559.682 foi reclassificado para o resultado a partir da vigência da nova norma. Com a nova classificação, as mudanças no valor justo estão sendo registradas no resultado, cuja movimentação ocorrida até 31 de dezembro de 2018 gerou um aumento de R\$96.133 e um ganho acumulado de R\$1.655.813 (Vide conforme abertura abaixo e nota 24).

Classe das Ações	31/12/2018			Venda de Ações			31/12/2017			31/12/2018	
	Quantidade	Cotação	Saldo Contábil	Quantidade	Cotação	Caixa Recebido	Quantidade	Cotação	Saldo Contábil	Ajuste a Valor Justo Reconhecido no resultado	Reclassificação do Resultados Abrangentes para o resultado do exercício (nota 31)
USIM3	107.156.651	11,44	1.225.872				107.156.651	10,83	1.160.506	65.366	694.685
USIM5	111.144.456	9,22	1.024.752	3.136.100	12,56	39.377	114.280.556	9,10	1.039.953	24.176	865.264
PATI3	1.997.642	14,30	28.565				1.997.642	11,00	21.974	6.591	(269)
	220.298.749		2.279.189	3.136.100		39.377	223.434.849		2.222.433	96.133	1.559.680
											1.655.813

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% (20,86% em 31 de dezembro de 2017) nas ações preferenciais.

Em fevereiro de 2018 houve venda de 3.136.100 ações preferenciais (USIM5) detidas pelo fundo exclusivo “VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado”, totalizando R\$39.377.

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo através do resultado e outros resultados abrangentes que possuem suas cotações baseado no preço de mercado em bolsa de valores (B3).

III - Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

13.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

- Risco de taxa de câmbio:**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	376.581	3.387
Contas a receber	358.283	1.124
Outros Ativos	8.623	4.594
Total Ativo	743.487	9.105
Empréstimos e financiamentos	(4.116.508)	(48.791)
Fornecedores	(175.404)	(7.946)
Outros Passivos	(3.529)	(920)
Total Passivo	(4.295.441)	(57.657)
Exposição bruta	(3.551.954)	(48.552)
<i>Hedge</i> accounting de fluxo de caixa	2.076.045	
<i>Hedge</i> de investimento líquido no exterior		48.000
Exposição cambial líquida	(1.475.909)	(552)
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	(475.909)	(552)

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN.

- Risco de taxa de juros:**

Risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 13 b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio e taxas de juros.

13.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e *Hedge accounting* de fluxo de caixa e *Hedge* de investimento líquido no exterior

A CSN utiliza instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

- **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Consolidado			
				Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2018
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	
BCP	08/03/2019	Dólar	18.563	71.967	(71.616)	351	(1)
Total swap cambial dólar x euro			18.563	71.967	(71.616)	351	(1)
				71.967	(71.616)	351	(1)

- **Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado**

Instrumentos	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Resultado financeiro líquido		
	Circulante	Total	(nota 25)	
Swap dólar x euro	351	351	(1)	(229)
DI futuro				28.503
	351	351	(1)	28.274

- **Hedge accounting de fluxo de caixa**

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, estão designados US\$2.076.045 em exportações a serem realizadas entre janeiro de 2019 até fevereiro de 2023.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Por meio do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2018:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R\$ mil)	31/12/2018
									Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil)
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2016 a Setembro de 2019	2,4442	500.000	(250.003)	171.983	(357.649)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019	2,5601	175.000	(154.999)	36.766	(26.295)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6781	100.000			(119.670)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000			(41.610)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000			(58.980)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000	(6.000)	5.102	(14.155)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000	(20.000)	16.198	(43.952)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000	(5.000)	3.898	(10.382)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000	(14.000)	10.914	(29.070)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000	(6.000)	4.677	(12.458)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000	(6.000)	4.523	(11.839)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000	(11.998)	6.179	(164.915)
02/04/2018	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2018 a Fevereiro de 2023	3,3104	1.170.045	(195.000)	109.951	(550.320)
Total						2.745.045	(669.000)	370.191	(1.441.295)

(*) O efeito no resultado foi registrado em outras despesas operacionais.

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada como segue:

	31/12/2017	Movimento	Realização	31/12/2018
Hedge accounting de fluxo de caixa	395.524	1.415.962	(370.191)	1.441.295
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos	395.524	1.415.962	(370.191)	1.441.295

Em 31 de dezembro de 2018 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

• *Hedge de investimento líquido no exterior*

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial

dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o *hedge* de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2018 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	Parcelas amortizadas (US\$ mil)	31/12/2018
							Impacto sobre o patrimônio líquido
01/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	(72.000)	3.941
Total					120.000	(72.000)	3.941

A movimentação dos valores relativos ao *hedge* de investimento líquido registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada como segue:

	31/12/2017	Movimento	31/12/2018
<i>Hedge</i> de investimento líquido no exterior	(17.911)	21.852	3.941
Valor justo do <i>hedge</i> de investimento líquido	(17.911)	21.852	3.941

Em 31 de dezembro de 2018 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge* foi registrada.

13.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

• Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2018.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	31/12/2018		
		Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	3,8748	3,7626	4,8435	5,8122
EUR	4,4390	4,2833	5,5488	6,6585
USD x EUR	1,1456	1,1346	1,4320	1,7184

Juros	Taxa de juros	31/12/2018	
		Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
LIBOR	2,88%	3,60%	4,32%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	31/12/2018	
				Cenário 1	Cenário 2
Hedge accounting de exportação	2.076.045	Dólar	(232.932)	2.011.065	4.022.130
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(3.551.954)	Dólar	398.529	(3.440.778)	(6.881.556)
Posição cambial consolidada em US\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	(1.475.909)	Dólar	165.597	(1.429.713)	(2.859.426)
Hedge de investimento líquido no exterior	48.000	Euro	(7.474)	53.268	106.536
Posição cambial natural	(48.552)	Euro	7.560	(53.881)	(107.762)
Posição cambial consolidada em €\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	(552)	Euro	86	(613)	(1.226)
Sw ap cambial dólar x euro	18.563	Dólar	(1.011)	14.072	23.663

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar – valorização do Real em 2,89% / Real x Euro – valorização do Real em 3,51%. Euro x Dólar – valorização do Euro em 0,96%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 25/01/2019.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2018.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Consolidado Impacto no resultado	
					Cenário 1	Cenário 2
TJLP	6,98		(954.635)	(2.793)	(16.658)	(33.316)
Libor	2,88		(4.799.586)	(47.391)	(34.505)	(69.010)
CDI	6,40	609.480	(11.667.006)	(53.528)	(176.924)	(353.848)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2018 registrados no ativo e passivo da companhia.

13.d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 12.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2018	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.681.797	10.192.606	8.608.664	4.459.675	28.942.742
Fornecedores	3.473.822				3.473.822
Dividendos e JCP	932.005				932.005

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	3.880.074	2.850.615	3.312.503	2.602.090
Fixed Rate Notes	6.745.132	7.595.765	5.751.526	6.207.946

(*) Fonte: Bloomberg

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a companhia possui um comitê de risco de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio.

• Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio (capital próprio)	10.013.440	8.288.229
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	28.827.074	29.510.844
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	2,88	3,56

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivos com partes relacionadas (nota 19 b)	35.499	3.097	96.629		308.056	244.828	14.501	49.254
Dividendos e JCP a pagar (nota 14 I)	932.005	510.692			900.541	2.345		
Adiantamento de Clientes	137.418	68.521			64.416	50.391		
Tributos parcelados	20.179	21.551	73.934	79.242	9.756	9.420	2.378	1.421
Participação sobre lucro - empregados	113.219	42.699			72.555	26.759		
Obrigações fiscais			8.631	8.410			7.145	6.924
Provisão para consumo e serviços	392.612	336.886			275.973	194.619		
Materiais terceiros em nosso poder	45.915	231			45.721			
Outras obrigações	28.010	31.303	48.134	41.671	2.520	6.225		
	1.704.857	1.014.980	227.328	129.323	1.679.538	534.587	24.024	57.599

Em 2018 a Companhia reclassificou o montante de R\$19.026 na Controladora e R\$(44.921) no Consolidado, que estavam classificados na rubrica de fornecedores.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(827.229)	(358.981)	(210.887)	
Diferido	576.895	(50.128)	509.458	68.420
	(250.334)	(409.109)	298.571	68.420

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	5.450.917	520.338	4.775.565	(58.148)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(1.853.312)	(176.915)	(1.623.692)	19.770
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	50.134	42.431	277.655	307.964
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(46.006)	37.605		
Ajuste Transfer Price	(74.836)	(34.746)	(53.780)	(21.562)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(27.683)	(368.612)		(320.233)
Limite de endividamento	(38.486)	(39.378)	(38.486)	(39.378)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	(11.964)	541.655		539.449
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias	971.972		971.972	
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	835.937	(403.080)	835.937	(403.080)
IR/CS sobre lucros no exterior	(30.219)	(29.964)	(28.847)	(29.455)
Incentivos fiscais	36.710	14.358	9.203	
IR/CS Diferido sobre variação cambial no patrimônio líquido	(43.667)		(43.667)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(18.914)	7.537	(7.724)	14.945
IR / CSLL no resultado do período	(250.334)	(409.109)	298.571	68.420
Alíquota efetiva	5%	79%	-6%	118%

15.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras:

	Consolidado				
	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2017	Patrimônio Líquido	Resultado	Outros	31/12/2018
Diferido					
Prejuízos fiscais	1.137.234		(177.378)	(616)	959.240
Bases negativas	406.884		(39.303)	(223)	367.358
Diferenças temporárias	(2.654.558)	21.208	793.576	839	(1.838.935)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	269.899		(5.846)	3.184	267.237
- Provisões para passivos ambientais	86.851		(19.708)		67.143
- Perdas estimadas em ativos	88.433		(7.092)		81.341
- Perdas estimadas em estoques	45.814		(7.054)		38.760
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(912)		(2.407)		(3.319)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	417.659	530.292	(584.856)		363.095
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	273.058	(48)	3.022		276.032
- Provisão para consumos e serviços	67.716		27.928		95.644
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	47.216		14.199		61.415
- Ágio na incorporação	608		(608)		-
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.511.152		(500.620)		1.010.532
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)				(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	134.479	355.563			490.042
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(193.311)	(16.683)	37.880		(172.114)
- IR/CS diferidos não constituídos	(212.236)		(38.359)	(2.345)	(252.940)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(4.130.928)	(885.069)	1.929.424		(3.086.573)
- Combinação de negócios	(1.040.536)		9.724		(1.030.812)
- Outras	72.660	37.153	(62.051)		47.762
Total	(1.110.440)	21.208	576.895	-	(512.337)
Total Diferido Ativo	63.119				89.394
Total Diferido Passivo	(1.173.559)				(601.731)
Total Diferido	(1.110.440)				(512.337)

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

	Controladora		
	Saldo Inicial	Movimentação	Saldo Final
	31/12/2017	Patrimônio Líquido	31/12/2018
Diferido Ativo			
Prejuízos fiscais	1.033.661		834.141
Bases negativas	369.549		322.283
Diferenças temporárias	(1.973.769)	43.667	(1.173.858)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	215.128		210.382
- Provisões para passivos ambientais	84.317		64.906
- Perdas estimadas em ativos	56.505		57.444
- Perdas estimadas em estoques	17.669		15.326
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(912)		(3.319)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	417.659	530.292	363.095
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	276.792	(786)	279.132
- Provisão para consumos e serviços	55.722		84.509
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	33.168		45.565
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.593.587		1.014.309
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)		(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	134.478	355.563	490.041
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(4.130.927)	(885.069)	(3.086.572)
- Combinação de negócios	(699.383)		(699.383)
- IR/CS diferidos sobre combinação negócios CGPAR	(22.609)		(22.609)
- Outras	87.217	43.667	105.496
Total	(570.559)	43.667	(17.434)
Total Diferido Passivo	(570.559)		(17.434)
Total Diferido	(570.559)		(17.434)

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2013 e 2018 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$1.150.443. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R\$366.847.

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

15.c) Teste de recuperação do IR/CS Diferido Ativo

A administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, conseqüentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Brasil (Siderurgia); e
- Cimentos.

O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

	Natureza	Breve descrição
	Prejuízos Fiscais	A Companhia começou a incorrer em prejuízos fiscais na Controladora em períodos recentes, em decorrência do forte aumento das despesas financeiras, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN, tendo apresentado lucro tributável em 2018.
Diferenças Temporárias	Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia optou pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como a Controladora não apresentou lucro tributável em períodos recentes, não havia sentido utilizar a dedutibilidade ano a ano (regime de competência). Como resultado da tributação por regime de caixa, os impostos são apenas devidos e as despesas são apenas dedutíveis quando da liquidação da dívida.
	Perda no investimento em ações da Usiminas	A perda no investimento em ações da Usiminas é reconhecida através do regime de competência, no entanto, o evento que gera a tributação ocorrerá somente no momento da alienação do investimento.
	Outras provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;
- Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

A deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro ocorrida em anos recentes gerou prejuízos fiscais na CSN, bem como o crescimento da sua alavancagem financeira. Esses dois aspectos combinados culminaram em um desbalanceamento entre o resultado financeiro e operacional na Controladora.

Diante desse contexto, a Companhia trabalha com um plano de negócios que visa o rebalanceamento entre o resultado financeiro e operacional da Controladora, cujas principais medidas são:

- Continuidade dos esforços de desinvestimento;
- Redução da alavancagem financeira;
- Melhoria nos resultados operacionais decorrente de aumento de volume de vendas, melhoria dos preços de seus produtos e maior eficácia no controle dos custos de produção e
- Reperfilamento do endividamento da Controladora, com negociações para extensão de prazos de amortização e descentralização do endividamento através de redirecionamento de contratos para subsidiárias de acordo com a natureza e aplicação dos recursos.

Com continuidade da execução das medidas acima, a administração da Companhia estima retomar com sustentabilidade altos índices de rentabilidade. Consequentemente, a administração considera que o reconhecimento contábil gradativo de créditos fiscais, utilizando em um primeiro momento um período de tempo de projeções inferior a 10 anos, reflete mais adequadamente

a expectativa de utilização dos créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia. Como resultado do estudo, a Companhia reverteu R\$971.972 da perda contabilizada em anos anteriores apresentando até dezembro de 2018 créditos reconhecidos no montante de R\$298.571 na Controladora e um débito de R\$250.334 no Consolidado.

15.d) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	176.700	176.658	180.048	180.834
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(180.048)	(180.834)	(180.048)	(180.834)
Variação no valor justo de ativos avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(530.292)		(530.292)
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ativos avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		530.292		530.292
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(325.350)	(369.017)	(325.350)	(369.017)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	490.041	134.478	490.041	134.478
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - hedge fluxo caixa	(490.041)	(134.478)	(490.041)	(134.478)
	(328.698)	(373.193)	(325.350)	(369.017)

16. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 14, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Refis Federal Lei 11.941/09	12.100	12.552	18.895	20.083	9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13	6.240	5.984	52.661	56.381				
Demais Parcelamentos	1.839	3.015	2.378	2.778	583	247	2.378	1.421
	20.179	21.551	73.934	79.242	9.756	9.420	2.378	1.421

17. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fiscais	118.490	113.451	46.321	52.542	48.789	55.285	27.493	36.709
Previdenciárias	70.084	74.522	50.898	50.098	67.978	72.542	50.898	50.098
Trabalhistas	362.228	451.173	214.625	202.104	277.590	345.878	162.870	160.603
Cíveis	210.264	148.212	22.024	22.752	180.546	121.742	11.871	10.527
Ambientais	31.390	37.733	1.900	1.826	28.030	34.598	1.900	1.826
Depósitos Cauçionados			12.182	10.029			563	
	792.456	825.091	347.950	339.351	602.933	630.045	255.595	259.763
Classificado:								
Circulante	106.503	105.958			64.856	74.586		
Não Circulante	685.953	719.133	347.950	339.351	538.077	555.459	255.595	259.763
	792.456	825.091	347.950	339.351	602.933	630.045	255.595	259.763

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2018 pode ser assim demonstrada:

Consolidado					
Circulante + Não Circulante					
Natureza	31/12/2017	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2018
Fiscais	113.451	17.941	12.081	(24.983)	118.490
Previdenciárias	74.522	2.348	1.996	(8.782)	70.084
Trabalhistas	451.173	29.250	55.344	(173.539)	362.228
Cíveis	148.212	14.921	56.092	(8.961)	210.264
Ambientais	37.733	31	6.021	(12.395)	31.390
	825.091	64.491	131.534	(228.660)	792.456

Controladora					
Circulante + Não Circulante					
Natureza	31/12/2017	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2018
Fiscais	55.285	15.316	1.901	(23.713)	48.789
Previdenciárias	72.542	1.823	1.921	(8.308)	67.978
Trabalhistas	345.878	25.013	41.585	(134.886)	277.590
Cíveis	121.742	12.723	50.081	(4.000)	180.546
Ambientais	34.598	31	5.718	(12.317)	28.030
	630.045	54.906	101.206	(183.224)	602.933

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) autos de infração de ISS incidente nos contratos de locação; (ii) ICMS declarado e não comprovado o recolhimento; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação de tributos Federais não homologadas por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2018, em 7.665 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde.

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais processos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados:

- Em 2010, a CSN assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso de realizar novos estudos e investimentos para atualizar o equipamento de controle ambiental da Usina Presidente Vargas (UPV). Este TAC, inicialmente estimou um investimento no montante de R\$ 216 milhões, que posteriormente foi atualizado para R\$ 260 milhões, após obtenção de dados mais precisos sobre os custos dos projetos. Em 2013, a CSN assinou um aditivo ao TAC visando esclarecer certos pontos, bem como para incluir novas obrigações determinadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), resultando em um investimento adicional de R\$ 165 milhões, que já foi feito. Devido ao prazo final do TAC de 2010, que terminaria em 2015, a CSN, o Estado do Rio de Janeiro e o INEA assinaram um novo TAC (TAC INEA 03/2016) em 13 de abril de 2016. Este TAC determinou novos investimentos no montante de R\$ 178,5 milhões referente a medidas de adequações na UPV, o pagamento de multas ambientais no valor de R\$ 16 milhões e os valores referentes à medida compensatória de R\$ 6,1 milhões a serem destinados a programas ambientais na região de Volta Redonda. Durante a vigência do TAC 03/2016, o pleno funcionamento da UPV foi autorizado pela Autorização Ambiental de Funcionamento nº IN034283 ("AAF").

No contexto do TAC 03/2016, diante do prazo final da AAF, foi obtida Autorização Ambiental nº IN042958, por meio da Deliberação CECA/CFL nº 6.141, de 07/12/2017 ("AA"), cuja íntegra foi publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 08/12/2017, página 13, que mantém, provisoriamente, a plena operação da UPV até 20/06/2018 (180 dias) que, por meio da Deliberação CECA nº 6.189 de 19/06/2018, publicada no DO de 20/06/2018, prorrogou por 90 dias o prazo de validade da AA para operar a UPV, ou seja, até 20/09/18.

Nesse período, a Companhia continuou em tratativas com as Autoridades Ambientais do Estado do Rio de Janeiro com vistas à solução consensual para as questões ambientais da planta, sendo que em 19 de setembro de 2018, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a Deliberação CECA/CLF Nº 6.216 de 18/09/2018, autorizando a celebração de um novo TAC entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro – por meio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o INEA e a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), sendo mantido, dessa forma, o pleno funcionamento das operações da UPV. Em paralelo o INEA emitiu a Autorização Ambiental de Funcionamento ("AAF") nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018.

Esse novo TAC 07/2018 contempla investimentos de aproximadamente R\$303 milhões em projetos e ações ambientais na região até agosto de 2024 e representa um compromisso da Companhia com a sustentabilidade das suas atividades, com as comunidades de Volta Redonda e região, bem como com a geração de valor aos seus acionistas, colaboradores e demais *stakeholders*.

- Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com ações civis públicas distintas na Justiça Estadual e Federal alegando existência de suposta área contaminada no Condomínio Volta Grande IV. Em face do conflito de competência para julgar as ações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais ações. Em breve síntese, o MPF sustenta que a Companhia deverá (i) remover todos os resíduos descartados em duas áreas utilizadas como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo MPF. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, há ações de indenizações em trâmite movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados, ainda não julgadas.
 - Em janeiro de 2014 foi distribuída de Ação Anulatória com o objetivo de declarar a nulidade de Auto de Infração lavrado pelo INEA pela suposta contaminação do solo e águas subterrâneas no Condomínio Volta Grande IV. A sanção aplicada foi de multa simples, no valor de R\$ 35 milhões. O pedido de suspensão liminar da exigibilidade do débito não foi apreciado, razão pela qual o INEA ajuizou Ação de Execução Fiscal. Declarada conexão entre as ações. Foi protocolado pedido de suspensão do processo até conclusão da perícia na ACP Volta Grande IV.
 - No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Em relação a esta última, ainda pende a definição da parte responsável pela produção de provas. As demais encontram-se no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis. Uma vez concluídos os estudos, estes serão apresentados e anexados aos respectivos processos.
 - Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA nº 436/2011, a empresa tem até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis, prazo esse que deve ser compatibilizado com o cronograma de ações e medidas previstas no TAC 07/2018.
 - Em 2016, a CSN foi citada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Tendo em vista o objeto deste processo judicial e a fase do processo, o valor relacionado ao caso é ílquido.
 - Em 2004, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do rio Paraíba do Sul, causada supostamente pela atividade industrial na área. O Tribunal Regional Federal da Segunda Região manteve a condenação de primeira instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A Companhia recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o recurso e anulou as decisões anteriores, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para retomada do processo.
 - Um inquérito civil está em andamento para verificar (i) os requisitos ambientais para o projeto da CSN na cidade de Arcos (fábrica de cimento); (ii) monitoramento e mitigação dos impactos ambientais das atividades produtivas; (iii) conformidade da empresa com as condições de suas respectivas licenças ambientais, incluindo a criação de um museu dentro da estação ecológica de Corumbá e a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e (iv) ações para a preservação do patrimônio cultural e adoção de medidas compensatórias. Em 2 de fevereiro de 2011, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para efetivar o cumprimento das obrigações levantadas pelo Ministério Público. O órgão ministerial já disponibilizou certidão dando quitação à maioria dos itens deste TAC, restando pendentes de cumprimento, atualmente, apenas 2 itens
-

- Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judiciais (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Em março de 2018, as partes renegociaram um novo acordo, com a extensão do cronograma de obras até 2030, o qual foi homologado judicialmente em 06/06/18, e encontra-se em cumprimento pela Companhia.
- Em julho de 2018, a Companhia e a empresa Harsco Metals ("Harsco"), empresa contratada, foram citadas em nova ação civil pública proposta conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduo (escória de aciaria) na área denominada "Pátio Volta Grande". Foi proferida decisão liminar que estabeleceu certa limitação no envio mensal da escória ao referido pátio, redução da altura das pilhas e retirada do excesso do material armazenado. A Companhia e Harsco vêm buscando alternativas factíveis de solução desse fato e trabalham na elaboração de um plano de ação com cronograma factível, em virtude da preocupação com os impactos que podem ser gerados pela remoção abrupta do material do pátio no prazo estabelecido na decisão liminar
- Em janeiro de 1995 foi ajuizada ACP, pelo Município de Volta Redonda/RJ, pleiteando a condenação da CSN no cumprimento de 26 itens de Programas Ambientais Compensatórios. Após a contestação, as partes celebraram Transação (1995), fixando as efetivas obrigações da CSN, bem como a compensação ambiental, homologada em Juízo por sentença. O Município de Volta Redonda discordou sobre o cumprimento do acordo homologado e em 2015 foi iniciado o processo de liquidação das obrigações não cumpridas. Em 27/12/18, foi assinado um novo acordo entre a CSN e o MVR para pôr fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R\$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda.
- Em agosto de 2017 foi iniciada, pela CSN, ação anulatória contra o auto de infração que impôs multa à CSN (R\$ 22.038.856,09 - atualizado até janeiro/19), por suposta poluição da água do Rio Paraíba do Sul, com lançamento de efluentes da ETE do Alto Forno #2, devido acidente ocorrido em 27/11/2010. A exigibilidade da multa encontra-se suspensa por força de liminar concedida em Mandado de Segurança, até decisão final da fase recursal que discute a garantia oferecida ao Juízo (caução idônea) para a concessão da tutela. Em relação às questões de mineração, com a ocorrência do acidente envolvendo uma empresa brasileira em novembro de 2015, o Estado de Minas Gerais instaurou diversos inquéritos civis visando investigar as empresas do segmento de mineração, com base no Inventário da Barragem do Estado divulgado em 2014. Esses procedimentos têm o escopo de averiguar as estruturas que não possuem estabilidade técnica garantida por um auditor externo, ou cuja estabilidade não foi atestada devido à falta de documentos ou dados técnicos.
- Em março de 2016, a Companhia foi citada em Ação Civil Pública proposta pelo Estado de Minas Gerais e pela Fundação Ambiental do Estado (FEAM) questionando a estabilidade da estrutura da Barragem da CSN conhecida como BAIA 4 - uma pequena estrutura instalada dentro da área industrial e usado para coleta de finos (particulados) do processo de filtração de minério. Esse processo foi arquivado com base em informações desatualizadas antes da apresentação da defesa. A Companhia demonstrou a estabilidade da estrutura da Baía 4, o que levou à desistência da ação judicial pelo próprio autor. Em agosto de 2016, a Companhia foi citada em ação civil pública similar, em relação à estrutura de Barragem do Dique do Engenho. Foram apresentados documentos às autoridades estaduais que comprovam a estabilidade e a segurança da referida barragem. Espera-se que esse processo também seja arquivado, pelas mesmas razões que o anterior.

▪ Processos Administrativos e Judiciais Possíveis

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	11.812.071	11.073.961
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA	3.722.888	2.623.179
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	2.165.088	2.500.606
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010 e 2011	1.891.149	1.858.640
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de energia elétrica	974.479	920.306
Parcelamento MP 470 - Suposta insuficiência de prejuízo fiscal e base negativa ⁽¹⁾		704.739
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.481.382	1.685.648
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	529.607	499.006
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	294.527	275.233
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	516.583	491.862
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para industrialização ⁽²⁾		816.199
Auto de Infração- IRRF- Ganho de capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	243.007	203.185
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo	311.582	290.249
Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	976.438	170.330
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	3.625.167	3.065.131
Processos previdenciários	287.823	278.600
Ação de Execução proposta pelo CADE	101.683	98.189
Outros processos cíveis	922.171	1.111.944
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.537.078	1.569.712
Processo ambiental - ACP TAC/PAC - Cumprimento das obrigações ambiental ⁽³⁾		216.878
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV ⁽⁴⁾	75.530	67.620
Outros processos ambientais	144.235	117.858
	31.612.488	30.639.075

(1) A Contingência foi baixada em razão de decisão favorável definitiva do CARF que reconheceu como certa a utilização de créditos de prejuízo fiscal utilizados no parcelamento instituído pela MP 470.

(2) Homologação perante a Secretaria de Fazenda e Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais com os benefícios trazidos no Programa de Regularização de Crédito Tributário – “Novo Regularize”, instituído pela Lei nº 22.549/2017.

(3) Reclassificamos a contingência relacionada a esse processo judicial (ACP TAC-PAC nº 0000689-17.1995.8.19.0066) para remoto, em virtude da celebração de acordo entre a CSN e o Município de Volta Redonda (MVR) em 27/12/2018, o qual porá fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R\$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda

(4) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R\$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012.

Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a referida ação de execução está suspensa até o julgamento da ação anulatória, visando evitar decisões conflitantes.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionadas em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivos Ambientais	198.386	255.517	191.216	248.306
Desativação de ativos	83.380	81.496	668	612
	281.766	337.013	191.884	248.918

18.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2018 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2018 foi de 10,54% em termos reais. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGP-M) do período, em referência.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

18.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015 a Companhia concluiu, com a assessoria de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

19. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

19.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,24% de participação no capital votante.

Integram o controle da Companhia a Vicunha Aços S.A. e Rio Iaco Participações S.A., esta última detendo 4,22% de participação no capital votante da Companhia.

A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e de 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A e de 60% na Vicunha Steel S.A.

- **Passivo**

Empresas	Propostos
	Dividendos
Vicunha Aços	439.913
Rio Iaco Participações S.A.	37.640
Total em 31/12/2018	477.553
Total em 31/12/2017	-

19.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

- **Por operação**

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Contas a receber (nota 6)	93.317	115.388			93.317	115.388
Dividendos a receber (nota 8)	46.171	41.528			46.171	41.528
Ativo Atuarial (nota 8)			99.894	111.281	99.894	111.281
Aplicações financeiras / Investimentos	92.332	53			92.332	53
Empréstimos (nota 8)	2.675	2.441	706.605	554.694	709.280	557.135
Outros Créditos (nota 8)	3.649	3.577	218.840	30.770	222.489	34.347
	238.144	162.987	1.025.339	696.745	1.263.483	859.732
Passivo						
Outras obrigações (nota 14)						
Contas a pagar	29.286	799	96.629		125.915	799
Provisão para consumo e serviços	6.213	2.298			6.213	2.298
Fornecedores	135.801	134.974			135.801	134.974
Passivo Atuarial			7.982	41.937	7.982	41.937
	171.300	138.071	104.611	41.937	275.911	180.008
	31/12/2018	31/12/2017				
Resultado						
Receitas						
Vendas	1.278.751	880.145				
Juros (nota 25)	64.888	61.549				
Despesas						
Compras	(1.418.282)	(1.176.930)				
Juros (nota 24)	(16.092)					
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	13.611					
	(77.124)	(235.236)				

• Por empresa

	Consolidado									
	Ativo			Passivo			Resultado			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas
Joint-venture e Joint-operation										
Itá Energética S.A.				2.550		2.550				
MRS Logística S.A.	46.243		46.243	101.264	96.629	197.893		(1.111.695)	(16.092)	(1.127.787)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	3		3	37.362		37.362	47	(180.332)		(180.285)
Transnordestina Logística S.A. (1)	1.611	925.445	927.056	13.652		13.652	367	(15.667)	50.003	34.703
	47.857	925.445	973.302	154.828	96.629	251.457	414	(1.307.694)	33.911	(1.273.369)
Outras Partes Relacionadas										
CBS Previdência		99.894	99.894		7.982	7.982				
Banco Fibra (2)	92.334		92.334						14.651	13.611
Usiminas								(382)		(382)
Panatlântica (3)	53.027		53.027	15.643		15.643	1.174.984	(94.515)		1.080.469
Ibis Participações e Serviços								(4.501)		(4.501)
Outras partes relacionadas	2.092		2.092	829		829	2.745	(11.190)		(8.445)
	147.453	99.894	247.347	16.472	7.982	24.454	1.177.729	(110.588)	14.651	13.611
Coligadas										
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	42.834		42.834				100.608		234	100.842
Total em 31/12/2018	238.144	1.025.339	1.263.483	171.300	104.611	275.911	1.278.751	(1.418.282)	48.796	13.611
Total em 31/12/2017	162.987	696.745	859.732	138.071	41.937	180.008	880.145	(1.176.930)	61.549	(235.236)

- Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R\$: Juros de 125,0% a 130,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos totalizam R\$706.605 (R\$507.009 em 31 de dezembro de 2017).
- Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a Eurobond do Banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.

3. Panatlântica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

• **Por operação**

	Controladora					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 6)	906.865	831.993			906.865	831.993
Dividendos a receber ^(nota 8)	259.186	1.044.242			259.186	1.044.242
Ativo Atuarial ^(nota 8)			85.415	95.898	85.415	95.898
Empréstimos ^(nota 8)	22.807	26.701	588.285	444.091	611.092	470.792
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	99.109	2.619	103.640	127.569	202.749	130.188
Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 8)	15.395	37.007	458.177	320.377	473.572	357.384
	1.303.362	1.942.562	1.235.517	987.935	2.538.879	2.930.497
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento ^(nota 12)	1.363.140	72.019	4.250.264	4.856.104	5.613.404	4.928.123
Intercompany Bonds ^(nota 12)	2.395	27.450	360.356	3.436.385	362.751	3.463.835
Empréstimos Intercompany ^(nota 12)	1.704.888	1.113.411		1.620.921	1.704.888	2.734.332
	3.070.423	1.212.880	4.610.620	9.913.410	7.681.043	11.126.290
Outras obrigações ^(nota 14)						
Contas a pagar ⁽⁴⁾	8.060	7.322	14.501	49.254	22.561	56.576
Provisão para consumo e serviços	299.996	237.506			299.996	237.506
Fornecedores	344.076	196.897			344.076	196.897
Passivo Atuarial			7.982	41.937	7.982	41.937
	652.132	441.725	22.483	91.191	674.615	532.916
	31/12/2018	31/12/2017				
Resultado						
Receitas						
Vendas/Outras	3.387.251	3.170.697				
Juros ^(nota 25)	57.688	51.721				
Fundos Exclusivos ^(nota 25)	715	47.683				
Despesas						
Compras	(2.130.252)	(2.027.664)				
Juros ^(nota 25)	(386.399)	(525.483)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(1.190.754)	(145.425)				
	(261.751)	571.529				

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, são aplicações em Fundos Exclusivos e no Banco Fibra no não-circulante refere-se a ações da Usiminas classificados como investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado.
3. Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente à aquisição de debêntures.
4. Não Circulante: Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com a empresa Transnordestina Logística S.A..

• Por empresa

	Controladora										
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas / Outras	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas	Total
Controladas											
Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾	254.464	121.336	375.800	11.980		11.980	829.399	(62.901)			766.498
Estanho de Rondônia S.A.	21.757	1.766	23.523	2.309		2.309		(43.793)	1.329		(42.464)
Sepetiba Tecon S.A.	12.252	102.412	114.664	29.482		29.482	130	(76.593)	111		(76.352)
Minérios Nacional S.A.	2		2				25				25
CSN Mineração S.A. ⁽²⁾	294.201		294.201	119.952		119.952	70.665	(1.131.309)			(1.060.644)
CSN Energia S.A.	14.309		14.309	100.331		100.331		(246.127)			(246.127)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		13.322	13.322		14.501	14.501	171			(2.092)	(1.921)
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽³⁾	357.247		357.247	298.866		298.866	708.440			52.100	760.540
CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾				1.348.546	3.612.811	4.961.357			(325.824)	(849.392)	(1.175.216)
Lusosider Aços Planos, S.A.	138.679		138.679	1		1	600.933			12.048	612.981
CSN Islands XI Corp. ⁽⁵⁾				179.677		179.677				(170.003)	(170.003)
CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾				1.525.211		1.525.211			(60.153)	(246.911)	(307.064)
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA				30		30					
Companhia Florestal do Brasil	1.103	501	1.604								
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.				16.989	997.809	1.014.798			(422)	(115)	(537)
	1.094.014	239.337	1.333.351	3.633.374	4.625.121	8.258.495	2.209.763	(1.560.723)	(384.959)	(1.204.365)	(940.284)
Joint-venture e Joint-operation											
MRS Logística S.A.	23.163		23.163	45.074		45.074		(342.532)			(342.532)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	3		3	28.212		28.212	47	(123.575)			(123.528)
Transnordestina Logística S.A. ⁽⁷⁾	248	807.125	807.373						42.286		42.286
	23.414	807.125	830.539	73.286		73.286	47	(466.107)	42.286		(423.774)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência		85.415	85.415		7.982	7.982					
Banco Fibra	92.120		92.120						13.728	13.611	27.339
Usiminas								(362)			(362)
Panatlântica ⁽⁸⁾	53.027		53.027	15.643		15.643	1.174.655	(94.515)			1.080.140
Ibis Participações e Serviços								(4.501)			(4.501)
Outras partes relacionadas	2.092		2.092	252		252	2.745	(4.044)			(1.299)
	147.239	85.415	232.654	15.895	7.982	23.877	1.177.400	(103.422)	13.728	13.611	1.101.317
Coligadas											
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	31.706		31.706				41		234		275
Fundos Exclusivos											
Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel ⁽⁹⁾	6.989	103.640	110.629						715		715
Total em 31/12/2018	1.303.362	1.235.517	2.538.879	3.722.555	4.633.103	8.355.658	3.387.251	(2.130.252)	(327.996)	(1.190.754)	(261.751)
Total em 31/12/2017	1.942.562	987.935	2.930.497	1.654.605	10.004.601	11.659.206	3.170.697	(2.027.664)	(426.079)	(145.425)	571.529

- Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R\$254.464 (197.654 em 31 de dezembro de 2017) e o montante de R\$121.336 (R\$121.336 em 31 de dezembro de 2017) de debêntures da controlada indireta CBL.
- CSN Mineração: Passivo: Contas a pagar referente a compra de minério de ferro e de serviços portuários no valor de R\$119.952.
- Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$357.257 (R\$232.505 em 31 de dezembro de 2017), referente a operações de vendas de aços para revenda. No passivo circulante refere-se a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aços para revenda no valor de R\$298.866.
- CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento e Fixed Rate Notes. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos totalizam R\$4.961.357 (R\$7.446.925 em 31 de dezembro de 2017).
- CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos totalizam R\$179.677 (R\$1.058.560 em 31 de dezembro de 2017).
- CSN Islands XII Corp: Contratos de Pré-Pagamento e contratos *Intercompany*, em dólar. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos totalizam R\$1.525.211 (R\$1.417.099 em 31 de dezembro de 2017).
- Transnordestina Logística S.A.: Ativo não circulante: refere-se a contratos de mútuo de R\$588.285 e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$218.840 (R\$444.091 em 31 de dezembro de 2017).
- Panatlântica S.A.: No ativo circulante refere-se a contas a receber pelo fornecimento de aços planos no valor de R\$53.027 (R\$109.565 em 31 de dezembro de 2017).
- Fundos Exclusivos: Ativo Circulante: refere-se a aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R\$6.989 (R\$2.567 em 31 de dezembro de 2017). Ativo Não Circulante: refere-se a ações da Usiminas no montante de R\$ 103.640 (R\$127.569 em 31 de dezembro de 2017). Os fundos VR1 e Diplic II são geridos pela Taquari Asset.

19.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Taquari Asset

Pertencente ao Grupo Vicunha, a Taquari Asset é a empresa do grupo responsável por administração de recursos de terceiros, fundos e/ou carteiras.

• Empresas sob controle de membro da administração da Companhia

- Ibis Participações e Serviços Ltda.
- Ibis Agrária Ltda
- Partifib Projetos Imobiliários Ltda.
- Vicunha Imóveis Ltda.
- Vicunha Serviços Ltda.

19.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	32.848	39.721
Benefícios pós-emprego	105	110
	32.953	39.831

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

20.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração.

20.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

20.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	679.522.254	48,97%	49,24%	682.855.454	49,21%	50,32%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,22%	58.193.503	4,19%	4,29%
NYSE (ADRs)	284.152.319	20,48%	20,59%	303.590.364	21,88%	22,37%
Outros acionistas	358.246.471	25,82%	25,95%	312.493.726	22,52%	23,02%
Total de ações em circulação	1.380.114.547	99,47%	100,00%	1.357.133.047	97,81%	100,00%
Ações em tesouraria	7.409.500	0,53%		30.391.000	2,19%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) Empresas do grupo controlador.

20.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Alienação das ações	Saldo em tesouraria
1º	13/03/2014	70.205.661	De 14/03/2014 a 14/04/2014	R\$ 9,34	R\$ 9,22 e R\$ 9,45	2.350.000			2.350.000
2º	15/04/2014	67.855.661	De 16/04/2014 a 23/05/2014	R\$ 8,97	R\$ 8,70 e R\$ 9,48	9.529.500			11.879.500
3º	23/05/2014	58.326.161	De 26/05/2014 a 25/06/2014	R\$ 9,21	R\$ 8,61 e R\$ 9,72	31.544.500			43.424.000
4º	26/06/2014	26.781.661	De 26/06/2014 a 17/07/2014	R\$ 10,42	R\$ 9,33 e R\$ 11,54	26.781.661			70.205.661
	18/07/2014			Não aplicável	Não aplicável		60.000.000	⁽¹⁾	10.205.661
5º	18/07/2014	64.205.661	De 18/07/2014 a 18/08/2014	R\$ 11,40	R\$ 11,40	240.400			10.446.061
	19/08/2014			Não aplicável	Não aplicável		10.446.061	⁽¹⁾	
6º	19/08/2014	63.161.055	De 19/08/2014 a 25/09/2014	R\$ 9,82	R\$ 9,47 e R\$ 10,07	6.791.300			6.791.300
7º	29/09/2014	56.369.755	De 29/09/2014 a 29/12/2014	R\$ 7,49	R\$ 4,48 e R\$ 9,16	21.758.600			28.549.900
8º	30/12/2014	34.611.155	De 31/12/2014 a 31/03/2015	R\$ 5,10	R\$ 4,90 e R\$ 5,39	1.841.100			30.391.000
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015						30.391.000
	20/04/2018	30.391.000	De 20/04/2018 a 30/04/2018	Não aplicável	Não aplicável			22.981.500 ⁽²⁾	7.409.500

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

- Em 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 70.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

2. Em abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a alienação de até 30.391.000 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria e, até o fim do programa, foram vendidas 22.981.500 ações pelo valor de R\$213.494. A Companhia reconheceu o montante de R\$32.670 referente ao lucro na alienação das ações.

Em 31 de dezembro de 2018 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2018 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
7.409.500	R\$ 58.264	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 65.500

(*) Utilizada a cotação média das ações na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão em 30 de setembro de 2018 no valor de R\$8,84 por ação.

20.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

20.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
	Ações ordinárias	
Lucro do exercício	5.074.136	10.272
Média ponderada da quantidade de ações	1.373.250.595	1.357.133.047
LPA Básico e Diluído	3,69498	0,00757

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

21. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir o cálculo de dividendos destinados para 2018:

Destinação do lucro

	31/12/2018
Lucro do exercício	5.074.136
Absorção de prejuízos	(1.291.689)
Reserva legal	(189.122)
Lucro para destinação	3.593.325
Destinação proposta:	
Dividendos mínimos obrigatórios	(898.332)
Destinado para reserva estatutária de capital de giro	(2.694.993)

No passivo circulante

Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017	2.209
Dividendos mínimos obrigatórios	898.332
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018	900.541

Média ponderada da quantidade de ações	1.373.251
Dividendos deliberados por ação	0,65416

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos deliberados e pagos:

Deliberação		Pagamento	
Ano de Deliberação	Dividendos	Ano de Pagamento	Dividendos
2017 (*)	0,00	2017	0,00
2018	898.332	2018	0,00
Total Deliberado	898.332	Total Pago	

(*) Não houve deliberação sobre distribuição de dividendos durante o ano de 2017.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta				
Mercado interno	14.752.901	11.487.011	14.060.360	10.685.246
Mercado externo	11.817.559	9.980.572	2.061.291	2.388.838
	26.570.460	21.467.583	16.121.651	13.074.084
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(234.851)	(262.989)	(207.193)	(283.241)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.366.724)	(2.679.993)	(3.111.703)	(2.404.007)
	(3.601.575)	(2.942.982)	(3.318.896)	(2.687.248)
Receita Líquida	22.968.885	18.524.601	12.802.755	10.386.836

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matérias Primas e Insumos	(6.759.275)	(5.404.801)	(5.856.495)	(4.661.301)
Mão de obra	(2.743.460)	(2.400.579)	(1.320.954)	(1.200.659)
Suprimentos	(1.782.576)	(1.451.437)	(1.301.237)	(1.068.413)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.326.894)	(1.145.974)	(701.436)	(641.618)
Serviços de Terceiros	(2.368.387)	(2.062.352)	(1.102.347)	(832.546)
Fretes	(1.802.541)	(1.362.087)	(288.956)	(268.822)
Depreciação, Amortização e Exaustão (nota 10 e 11)	(1.175.107)	(1.408.765)	(582.277)	(642.833)
Outros	(905.128)	(591.094)	(54.480)	(110.999)
	(18.863.368)	(15.827.089)	(11.208.182)	(9.427.191)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(16.105.657)	(13.596.141)	(10.320.367)	(8.542.284)
Despesas com vendas	(2.263.688)	(1.815.107)	(645.928)	(680.386)
Despesas gerais e administrativas	(494.023)	(415.841)	(241.887)	(204.521)
	(18.863.368)	(15.827.089)	(11.208.182)	(9.427.191)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Produção	1.145.793	1.376.862	564.920	618.189
Despesa Vendas	5.850	8.851	4.625	7.324
Despesa Gerais e Administrativas	23.464	23.052	12.732	17.320
	1.175.107	1.408.765	582.277	642.833
Outras operacionais (*)	97.914	44.570	3.921	
	1.273.021	1.453.335	586.198	642.833

(*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 24.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais				
Indenizações	46.256	6.106	22.935	5.593
Aluguéis e arrendamentos	5.430	1.841	5.040	1.481
Dividendos recebidos	9.188	3.248	8.617	2.731
PIS e COFINS a compensar ⁽¹⁾	1.102.365		1.102.365	
Multas Contratuais	3.965	2.970	2.143	1.746
Plano de pensão atuarial	20.983	36.952	13.512	28.605
Atualização ações - VJR (nota 13)	1.655.813		1.655.813	
Correção Monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás ⁽³⁾		755.151		755.151
Ganho na alienação LLC (nota 3)	1.164.294			
Remissão de dívida intragrupo			1.310.886	
Outras receitas	27.749	18.018	5.595	4.567
	4.036.043	824.286	4.126.906	799.874
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(26.197)	(136.348)	(10.399)	(90.048)
Baixa/(Provisão) de depósitos judiciais	(54.330)	(38.258)	(50.023)	(35.990)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(60.311)	(7.156)	(47.620)	1.707
Despesas com processos fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas	(59.219)	(95.744)	(40.538)	(67.696)
Multas contratuais ⁽²⁾	(104.086)			(783)
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 23)	(97.914)	(44.570)	(3.921)	
Baixas de imobilizado e intangível (notas 10 e 11)	(27.260)	(28.127)	(19.280)	(2.112)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(149.704)	(15.775)	(56.253)	(3.596)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(33.738)	(32.956)	(22.522)	(30.376)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(2.688)	(3.944)	(2.688)	(3.944)
Despesa com assessoria e consultoria	(508)	(3.419)	(387)	(2.701)
Despesa plano de saúde	(108.369)	(97.837)	(108.191)	(97.657)
Reversão/(Provisão) reestruturação industrial	(17.490)	5.807		
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 13 b)	(370.191)	(92.140)	(370.191)	(92.140)
Outras despesas	(218.701)	(56.477)	(132.888)	(13.440)
	(1.330.706)	(646.944)	(864.901)	(438.776)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	2.705.337	177.342	3.262.005	361.098

(1) Trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS vide nota nº8.

(2) Refere-se ao aditivo contratual com a controlada em conjunto MRS, pela revisão do "Plano Anual de Transporte".

(3) Trata-se de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irrevogável e irretratável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Desta forma, alinhado com nossos assessores jurídicos e contábeis externos, reconhecemos os créditos no ativo não-circulante em contrapartida a resultado como Outras Receitas Operacionais. A correção monetária de 2018 está apresentada na nota explicativa nº25 receitas e despesas financeiras.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 19 b)	64.888	61.549	58.403	99.404
Rendimentos sobre aplicações financeiras	111.235	162.292	74.779	77.654
Ganhos com derivativos		28.503		
Outros rendimentos ⁽¹⁾	1.134.391	42.730	1.221.134	84.696
	1.310.514	295.074	1.354.316	261.754
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(988.821)	(827.841)	(262.391)	(226.780)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.020.867)	(1.610.714)	(892.849)	(1.384.162)
Partes relacionadas (nota 19 b)	(16.092)		(386.399)	(525.483)
Juros Capitalizados (notas 10 e 30)	71.611	91.957	16.683	21.308
Juros, multas e moras fiscais	(71.100)	(72.343)	(6.167)	(59.816)
Comissões e despesas bancárias	(182.179)	(159.088)	(164.147)	(142.102)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(84.404)	(21.926)	(66.870)	(17.536)
Outras despesas financeiras	19.614	(142.296)	70.673	(112.448)
	(2.272.238)	(2.742.251)	(1.691.467)	(2.447.019)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	(1.035)	(10.556)	(2.018)	(26.248)
Variações cambiais líquidas	(532.883)	(5.665)	(558.476)	(69.214)
Variações cambiais com derivativos	(1)	(229)		
	(533.919)	(16.450)	(560.494)	(95.462)
Resultado financeiro líquido	(1.495.643)	(2.463.627)	(897.645)	(2.280.727)
Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap dólar x euro	(1)	(229)		
	(1)	(229)	-	-
DI Futuro		28.503		
		28.503	-	-
	(1)	28.274	-	-

(1) Refere-se principalmente a atualização monetária do reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS de anos anteriores no montante de R\$1.106.097 vide nota nº8.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

- b) TLSA e FTL**

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de

Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal construído privatização após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda/RJ.

No 2º semestre de 2016, a Companhia iniciou a operação de um novo forno de clínquer, em Arcos/MG, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

								31/12/2018
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	5.068.758	34.780.756					(4.961.345)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615.448
Total receita líquida (nota 22)	15.634.143	5.984.781	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(1.421.367)	22.968.885
Custo produtos e serviços vendidos	(12.613.216)	(3.585.691)	(189.999)	(1.049.071)	(286.734)	(544.266)	2.163.320	(16.105.657)
Lucro Bruto	3.020.927	2.399.090	76.379	457.043	123.872	43.964	741.953	6.863.228
Despesas vendas e administrativas	(984.980)	(144.754)	(35.423)	(106.412)	(27.948)	(95.893)	(1.362.301)	(2.757.711)
Depreciação (nota 23)	609.274	366.547	20.368	258.985	17.285	115.411	(212.763)	1.175.107
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							568.045	568.045
EBITDA ajustado	2.645.221	2.620.883	61.324	609.616	113.209	63.482	(265.066)	5.848.669
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.681	4.422.377					1.297.256	5.760.314
América do Norte	1.506.041							1.506.041
América Latina	369.830							369.830
Europa	3.330.991	590.044						3.921.035
Outras	58.228							58.228
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615.448
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
TOTAL	15.634.143	5.984.781	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(1.421.367)	22.968.885

								31/12/2017
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	4.921.719	32.576.843					(5.359.571)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.706.466
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.818.135
Total receita líquida (nota 22)	12.959.023	4.620.971	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(1.605.045)	18.524.601
Custo produtos e serviços vendidos	(10.537.547)	(3.005.840)	(156.997)	(1.024.696)	(285.085)	(512.762)	1.926.786	(13.596.141)
Lucro Bruto	2.421.476	1.615.131	81.243	391.916	122.586	(25.633)	321.741	4.928.460
Despesas vendas e administrativas	(963.822)	(158.958)	(27.943)	(94.921)	(27.098)	(80.823)	(877.383)	(2.230.948)
Depreciação (nota 23)	658.587	490.805	15.752	294.571	17.265	121.801	(190.016)	1.408.765
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							538.170	538.170
EBITDA ajustado	2.116.241	1.946.978	69.052	591.566	112.753	15.345	(207.488)	4.644.447
Vendas por área geográfica								
Ásia	23.364	3.592.226					885.961	4.501.551
América do Norte	2.009.337							2.009.337
América Latina	506.951							506.951
Europa	2.564.823	197.701						2.762.524
Outras	35.996	1.776						37.772
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.818.135
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.706.466
TOTAL	12.959.023	4.620.971	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(1.605.045)	18.524.601

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto.

• EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/Prejuízo do período	5.200.583	111.229
Depreciação/amortização/exaustão (nota 23)	1.175.107	1.408.765
IR e CSLL (nota 15)	250.334	409.109
Resultado financeiro (nota 25)	1.495.643	2.463.627
EBITDA	8.121.667	4.392.730
Outras receitas/(despesas) operacionais (nota 24)	(2.705.337)	(177.342)
Resultado equivalência patrimonial	(135.706)	(109.111)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	568.045	538.170
EBITDA ajustado (*)	5.848.669	4.644.447

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2018 a CBS tinha 34.985 participantes (35.176 em 31 de dezembro de 2017), dos quais 20.872 eram contribuintes ativos (20.734 em 31 de dezembro de 2017), 13.454 eram funcionários aposentados (13.587 em 31 de dezembro de 2017) e 659 eram beneficiários vinculados (855 em 31 de dezembro de 2017). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2018, 11.063 pertencem aos planos de Benefício Definido, 11.845 ao plano Misto, 1.028 ao plano CBSPrev Namisa e 11.049 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2018 a CBS detinha 37.084.031 ações ordinárias da CSN (20.143.031 em 31 de dezembro de 2017). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados "35% da Média Salarial" e "Plano de Suplementação da Média Salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o

objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2015, 2016, 2017 e 2018), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

27.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017.

27.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

27.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(99.894)	(111.281)	7.982	41.937
Benefícios de saúde pós-emprego			897.137	866.784
	(99.894)	(111.281)	905.119	908.721

	Controladora			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(85.415)	(95.898)	7.982	41.937
Benefícios de saúde pós-emprego			897.137	866.784
	(85.415)	(95.898)	905.119	908.721

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.087.433	3.077.849
Valor justo dos ativos do plano	(3.403.906)	(3.305.356)
Déficit/(Superávit)	(316.473)	(227.507)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	224.561	158.163
Passivo / (Ativo) Líquido	(91.912)	(69.344)
Passivos	7.982	41.937
Ativos	(99.894)	(111.281)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(91.912)	(69.344)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2018 é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.077.849	2.872.442
Custo do serviço	1.169	1.285
Custo dos juros	304.132	322.359
Benefícios pagos	(280.493)	(284.777)
Perda/(ganho) atuarial	(15.224)	166.540
Valor presente das obrigações no final do exercício	3.087.433	3.077.849

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2018 é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(3.305.356)	(3.193.493)
Receita com juros	(327.830)	(360.013)
Benefícios pagos	280.493	284.777
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(51.213)	(36.627)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(3.403.906)	(3.305.356)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Custos de serviços correntes	1.169	1.285
Custos de juros	304.132	322.359
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(327.830)	(360.013)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	16.340	26.843
	(6.189)	(9.526)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)		6
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(6.189)	(9.532)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(6.189)	(9.526)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2018 está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
(Ganhos) e perdas atuariais	(15.224)	166.540
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(51.213)	(36.627)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	50.058	(97.882)
	(16.379)	32.031
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(16.379)	32.037
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos		(6)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	(16.379)	32.031

(*) (Ganho) / Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuariais, conforme item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2018
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	(139.813)
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	46.917
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	77.672
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(51.213)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	50.058
(Ganhos) e perdas atuariais	(16.379)

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% Suplementação : 9,59%	Plano Milênio: 10,42% Plano 35%: 10,30% Suplementação: 10,32%
Taxa de inflação	4,75%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	5,80%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,75%	5,00%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% e Suplementação : 9,59%	Plano Milênio: 10,42% Plano 35%: 10,30% e Suplementação: 10,32%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% : AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.	Plano Milênio, Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Masculino	18,00	21,00	18,74	20,45	21,00	21,00
Feminino	18,00	23,00	22,23	23,02	23,00	23,00
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos						
Masculino	40,00	43,00	40,60	42,69	43,00	43,00
Feminino	40,00	47,00	45,37	46,29	47,00	47,00

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2018		31/12/2017	
Renda Variável	141.705	4,16%	50.966	1,54%
Renda Fixa	3.050.099	89,61%	3.085.783	93,36%
Imóveis	52.091	1,53%	44.083	1,33%
Outros	160.011	4,70%	124.524	3,77%
Total	3.403.906	100,00%	3.305.356	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2018 foi de R\$40.199 (R\$41.544 em 31 de dezembro de 2017).

27.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2018.

Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 24.923 serão pagas em 2018 para a parcela de contribuição definida e R\$ 1.987 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

27.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada abaixo:

	31/12/2018					
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	409	(458)	1.650	(1.897)	(502)	316
Efeito no valor presente das obrigações	(13.281)	15.342	(70.755)	76.222	(50.666)	54.396
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					252	(223)
Efeito no valor presente das obrigações					2.028	(1.792)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.439	(1.350)	7.578	(7.079)	5.720	(5.232)
Efeito no valor presente das obrigações	14.685	(13.778)	79.305	(74.101)	57.166	(52.366)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(1.052)	1.054	(4.877)	4.845	(1.120)	1.128
Efeito no valor presente das obrigações	(10.680)	10.706	(50.807)	50.468	(12.179)	12.165

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos	2018
Ano 1	244.606
Ano 2	252.778
Ano 3	269.332
Ano 4	265.261
Ano 5	271.570
Próximos 5 anos	1.436.738
Total de pagamentos esperados	2.740.285

27.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações	897.137	866.784
Passivo	897.137	866.784

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo atuarial no início do exercício	866.784	691.262
Despesa reconhecida no resultado do exercício	85.748	77.269
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(71.632)	(72.192)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	16.237	170.445
Passivo atuarial no final do exercício	897.137	866.784

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	16.237	170.445
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	16.237	170.445

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2018	31/12/2017
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	41,59	41,59
Feminino	45,30	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2018	31/12/2017
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	9,62%	10,34%
Inflação	4,75%	5,00%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	8,15%	8,41%
Custo médico médio (Claim cost)	1.054,65	1.001,69

27.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada abaixo:

	31/12/2018	
	Plano de Assistência Médica	
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	909	(992)
Efeito no valor presente das obrigações	(35.530)	38.727
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	8.091	(6.925)
Efeito no valor presente das obrigações	84.560	(72.369)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(2.161)	2.148
Efeito no valor presente das obrigações	(22.582)	22.451

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2018
Ano 1	78.100
Ano 2	80.787
Ano 3	83.232
Ano 4	85.386
Ano 5	87.224
Próximos 5 anos	450.767
Total de pagamentos esperados	865.496

28. COMPROMISSOS

28.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período		2019	2020	2021	Após 2021	Total
	2017	2018					
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	957.373	406.920	1.024.674	962.399	831.166	3.761.232	6.579.471
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	563.743	658.166	453.801	40.780	8.419		503.000
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	8.880	9.467	7.074	7.074	7.074	8.842	30.064
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	52.103	21.533	7.968	3.246	3.246	5.952	20.412
	1.582.099	1.096.086	1.493.517	1.013.499	849.905	3.776.026	7.132.947

28.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2018, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa / Concessão	Natureza do serviço	2019	2020	2021	Após 2021	Total
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	9.396	9.396	9.396	50.895	79.083
CSN Mineração S.A.	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, o contrato foi renovado e o vencimento ocorrerá em 2047.	133.021	133.021	133.021	3.458.541	3.857.604
Sepetiba Tecon S.A.	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001. Em 10 de Maio de 2017, foi aprovado o Decreto nº 9.048 que altera o prazo de prorrogação do prazo de concessão para exploração das operações portuárias. Neste novo decreto foi estabelecido que o período de prorrogação solicitado, quando somado ao período inicial, não poderá ultrapassar 70 anos.	33.779	35.176	36.638	175.053	280.646
		176.196	177.593	179.055	3.684.489	4.217.333

28.c) Projetos e outros compromissos

- Projeto Transnordestina**

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% o qual estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis.

A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A., concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu parte dos equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, atualmente o valor de orçamento é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido. Não obstante, A ANTT, por meio do Ofício 20/2019/GPFER/SUFER, datado de 21/01/19 e recebido pela TLSA em 01/02/19, informou o recebimento da revisão dos projetos executivos dos lotes 7, 8 e 11 do trecho MVP, contudo, desconsiderou a revisão dos projetos por extemporâneos. A revisão dos projetos executivos é essencial para a conclusão do orçamento regulatório, sendo a conclusão deste orçamento regulatório requisito de reavaliação, pelo TCU, da ordem de bloqueio do funding público.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLSA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que existe configurado descumprimento das obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá abrir novo processo para aplicação de penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. O procedimento está em fase de instrução e não há, até o momento, decisão definitiva sobre o mérito.

- **FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional)**

Em relação à Malha I, operada pela FLT – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT decidiu instaurar um processo administrativo para apurar o eventual descumprimento do contrato de concessão e, caso comprovada a irregularidade, poderá aplicar as penalidades cabíveis ou recomendar à Presidência da República a declaração de caducidade, estando o procedimento na fase de instrução e não há, até o momento, decisão definitiva sobre o mérito.

29. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2017, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de 2017 a 31 de março de 2019. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e a franquia é de US\$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes, cobrindo as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e Sepetiba Tecon. A administração entende que as apólices contratadas fornecem coberturas de seguro adequadas aos seus ativos e aos riscos aos quais a Companhia está sujeita.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social pagos	336.962	268.847		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 10 e 25)	71.611	91.957	16.683	21.308
Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo	10.792	4.265	1.746	
Capitalização em controlada sem efeito caixa		20.264	81.594	80.686
	419.365	385.333	100.023	101.994

31. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício	5.200.583	111.229	5.074.136	10.272
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	903	(12)	(997)	2.168
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	413	(203.022)	2.313	(206.275)
Imposto de renda e contribuição social sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido		(1.073)		
	1.316	(204.107)	1.316	(204.107)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	(87.101)	170.342	(87.101)	170.342
Valor justo através de outros resultados abrangentes	(1.559.680)	847.849	(1.559.680)	847.849
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(105)	2.814	(105)	2.814
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	(1.415.962)	(50.987)	(1.415.962)	(50.987)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	370.191	92.140	370.191	92.140
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimentos reflexo de investimentos em controladas			(21.852)	(39.893)
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimento líquido no exterior	(21.852)	(39.893)		
(Perda)/Ganho Combinação de Negócios	(651)	4.415	(651)	4.415
	(2.715.160)	1.026.680	(2.715.160)	1.026.680
	(2.713.844)	822.573	(2.713.844)	822.573
Resultado Abrangente Total do Exercício	2.486.739	933.802	2.360.292	832.845
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	2.360.292	832.845	2.360.292	832.845
Participação dos acionistas não controladores	126.447	100.957		
	2.486.739	933.802	2.360.292	832.845

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

- Décima emissão**

A Companhia autorizou em dezembro de 2018 a emissão de 2.000 debêntures, em série única, com garantia real e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$1, com juros remuneratórios de 126,80% a.a do CDI, com vencimento final em dezembro de 2023 e com opções de resgate antecipado e aquisição facultativa, tendo a liquidação financeira sido concluída em 1º de fevereiro de 2019, totalizando R\$1.950.000, equivalente à 1.950 debêntures efetivamente subscritas. Os recursos foram destinados (i) à liquidação total e amortização parcial de determinadas Cédulas de Crédito Bancário celebradas com a Caixa Econômica Federal (CEF) e (ii) à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Acordo de venda antecipada de minério de ferro

Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia concluiu as negociações para fornecimento de minério de ferro à trader suíça Glencore International AG ("Glencore"). A transação envolve adiantamento em dinheiro para a CSN Mineração no valor de US\$ 500.000 referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de aproximadamente 22 milhões de toneladas

a ser executado num prazo de 5 anos. O desembolso pela Glencore ocorrerá quando forem satisfeitas certas condições precedentes, que são habituais para este tipo de transação.